

ANEXO I - QUADRO DE CARGOS/PERFIS/FORMAÇÃO/UNIDADE DE LOTAÇÃO**1 - CARGO: Analista de Meio Ambiente**

Perfil	Formação	Unidade de Lotação
1	Arquitetura	Cuiabá (Sede)
2	Biologia	Cuiabá (Sede)
3	Engenharia Agrônômica / Agronomia	Cuiabá (Sede); Alta Floresta; Barra do Garças; Cáceres; Confresa; Guarantã do Norte; Juína; Rondonópolis; Sinop; Tangará da Serra
4	Engenharia Ambiental / Engenharia Sanitária/Engenharia Sanitária e Ambiental/Engenharia Ambiental e Sanitária	Cuiabá (Sede); Alta Floresta; Barra do Garças; Cáceres; Confresa; Guarantã do Norte; Juína; Rondonópolis; Sinop; Tangará da Serra
5	Engenharia Civil	Cuiabá (Sede)
6	Engenharia de Minas	Cuiabá (Sede)
7	Engenharia Elétrica	Cuiabá (Sede)
8	Engenharia Florestal	Cuiabá (Sede); Alta Floresta; Barra do Garças; Cáceres; Confresa; Guarantã do Norte; Juína; Rondonópolis; Sinop; Tangará da Serra
9	Engenharia Geológica / Geologia	Cuiabá (Sede); Alta Floresta; Barra do Garças; Cáceres; Confresa; Guarantã do Norte; Juína; Rondonópolis; Sinop; Tangará da Serra
10	Engenharia Hídrica	Cuiabá (Sede)
11	Engenharia Mecânica	Cuiabá (Sede)
12	Engenharia Química / Química	Cuiabá (Sede)
13	Geografia	Cuiabá (Sede)
14	Medicina Veterinária	Cuiabá (Sede)
15	Turismo	Cuiabá (Sede)

2 - CARGO: Analista de Desenvolvimento Econômico e Social

Perfil	Formação	Unidade de Lotação
1	Administração	Cuiabá (Sede)
2	Analista em Tecnologia da Informação	Cuiabá (Sede)
3	Ciências Contábeis	Cuiabá (Sede)
4	Comunicação Social / Publicidade e Propaganda	Cuiabá (Sede)
5	Direito	Cuiabá (Sede); Alta Floresta; Barra do Garças; Cáceres; Confresa; Guarantã do Norte; Juína; Rondonópolis; Sinop; Tangará da Serra
6	Economia	Cuiabá (Sede)
7	Psicologia	Cuiabá (Sede)
8	Serviço Social	Cuiabá (Sede)
9	Sociologia	Cuiabá (Sede)

OBS: O presente Concurso Público destina-se exclusivamente à formação de cadastro de reserva, não havendo vagas imediatas. As convocações e nomeações que vierem a ocorrer durante o prazo de validade do certame observarão rigorosamente a ordem de classificação por cargo/perfil/unidade de lotação, a necessidade e a conveniência da Administração Pública, bem como os percentuais legais de reserva previstos na legislação vigente e neste Edital.

ANEXO II - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS/ REMUNERAÇÃO/ JORNADA DE TRABALHO/PERFIS/ ESCOLARIDADE**1. CARGO: ANALISTA DE MEIO AMBIENTE****Atribuições do Cargo:**

O cargo de Analista de Meio Ambiente compreende o desempenho de atividades técnicas, especializadas e estratégicas relacionadas ao planejamento, coordenação, execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação, fiscalização e controle das políticas públicas ambientais, abrangendo, entre outras, ações de licenciamento ambiental, gestão e proteção dos recursos naturais, conservação da biodiversidade, controle ambiental, elaboração de estudos, relatórios, pareceres técnicos, análises e demais atividades correlatas, nos termos da legislação ambiental vigente, especialmente nos termos do **art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.515, de 30 de junho de 2006**, e suas alterações.

Remuneração: R\$ 10.491,97

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

1.1. Requisitos de Escolaridade:**1.1.1. PERFIL 1 - FORMAÇÃO: ARQUITETURA**

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Arquitetura, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

1.1.2. PERFIL 2 - FORMAÇÃO: BIOLOGIA

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Biologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

1.1.3. PERFIL 3 - FORMAÇÃO: ENGENHARIA AGRÔNOMICA / AGRONOMIA

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Agronomia ou Engenharia Agrônômica, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

1.1.4. PERFIL 4 - FORMAÇÃO: ENGENHARIA AMBIENTAL, ENGENHARIA SANITÁRIA, ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Engenharia Ambiental ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Sanitária e Ambiental ou Engenharia Ambiental e Sanitária, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

1.1.5. PERFIL 5 - FORMAÇÃO: ENGENHARIA CIVIL

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Engenharia Civil, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

1.1.6. PERFIL 6 - FORMAÇÃO: ENGENHARIA DE MINAS

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Engenharia de Minas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

1.1.7. PERFIL 7 - FORMAÇÃO: ENGENHARIA ELÉTRICA**Requisitos:**

Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Engenharia Elétrica, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

1.1.8. PERFIL 8 - FORMAÇÃO: ENGENHARIA FLORESTAL

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Engenharia Florestal, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

1.1.9. PERFIL 9 - FORMAÇÃO: ENGENHARIA GEOLÓGICA / GEOLOGIA

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Engenharia Geológica ou Geologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria, quando exigido.

1.1.10. PERFIL 10 - FORMAÇÃO: ENGENHARIA HÍDRICA

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Engenharia Hídrica ou Hidrologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria, quando exigido.

1.1.11. PERFIL 11 - FORMAÇÃO: ENGENHARIA MECÂNICA

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Engenharia Mecânica, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

1.1.12. PERFIL 12 - FORMAÇÃO: ENGENHARIA QUÍMICA / QUÍMICA

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Engenharia Química ou Química, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria, quando exigido.

**1.1.13. PERFIL 13 - FORMAÇÃO: GEOGRAFIA**

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Geografia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

1.1.14. PERFIL 14 - FORMAÇÃO: MEDICINA VETERINÁRIA

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina Veterinária, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

1.1.15. PERFIL 15 - FORMAÇÃO: TURISMO

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Turismo, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria, se houver.

2. CARGO: ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**Atribuições do Cargo:**

O cargo de **Analista de Desenvolvimento Econômico e Social** compreende o exercício de atividades de natureza técnica, administrativa e de apoio à gestão pública, relacionadas ao planejamento, organização, coordenação, execução, acompanhamento, avaliação e controle de ações, programas e projetos voltados ao desenvolvimento econômico e social, bem como atividades de administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, financeiros e orçamentários, estudos, análises técnicas, estatísticas e econômicas, modernização administrativa, pesquisa, assessoramento técnico e demais atividades compatíveis com a escolaridade de nível superior, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei Estadual nº 7.554, de 10 de dezembro de 2001, e suas alterações.

Remuneração: R\$ 8.269,16.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

2.1. Requisitos de Escolaridade:**2.1.1. PERFIL 1 - FORMAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO**

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Administração, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

2.1.2. PERFIL 2 - FORMAÇÃO: ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso superior em áreas de Tecnologia da Informação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.1.3. PERFIL 3 - FORMAÇÃO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Ciências Contábeis, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

2.1.4. PERFIL 4 - FORMAÇÃO: COMUNICAÇÃO SOCIAL / PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Comunicação Social ou Publicidade e Propaganda, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria, se houver.

2.1.5. PERFIL 5 - FORMAÇÃO: DIREITO

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.1.6. PERFIL 6 - FORMAÇÃO: ECONOMIA

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Economia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

2.1.7. PERFIL 7 - FORMAÇÃO: PSICOLOGIA

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Psicologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

2.1.8. PERFIL 8 - FORMAÇÃO: SERVIÇO SOCIAL**Requisitos:**

Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Serviço Social, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria.

2.1.9. PERFIL 9 - FORMAÇÃO: SOCIOLOGIA

Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Sociologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional da categoria, se houver.

ANEXO III - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**CONHECIMENTOS BÁSICOS (Todos os cargos e perfis)**

LÍNGUA PORTUGUESA: 1. Compreensão e interpretação de textos. 2. Argumentação e persuasão. 3. Comunicação assertiva: linguagem simples, concisa e objetiva. 4. Organização textual. 5. Coesão e coerência. 6. Tipologia textual. 7. Ortografia oficial. 8. Acentuação gráfica. 9. Emprego do sinal indicativo de crase. 10. Sintaxe da oração e do período. 11. Pontuação. 12. Concordância nominal e verbal. 13. Regência nominal e verbal. 14. Significação das palavras. 15. Colocação do pronome átono. 16. Redação oficial: escrita de textos formais e Manual de Redação da Presidência da República (disponível no sítio do Planalto, na internet). 17. Novo Acordo Ortográfico.

CONHECIMENTOS GERAIS (Todos os cargos e perfis)**I - Geografia e História Política e Econômica de Mato Grosso:**

a) Geografia de Mato Grosso: 1. Produção do espaço regional mato-grossense. 2. Aspectos naturais: clima, solo, relevo, vegetação, hidrografia e suas relações com o uso da biodiversidade. 3. Políticas de gestão ambiental. 4. Características econômicas do espaço industrial. 5. Geografia da população: dinâmica e estrutura, processos migratórios, distribuição de renda, indicadores de qualidade de vida e questões sociais. 6. Processo de urbanização. 7. Dinâmica de ocupação do espaço agrário: inserção nacional e internacional. **b) História de Mato Grosso:** 1. Expansão e conquista dos sertões da América (séculos XVI a XVIII); 1.1 Povos indígenas e a ocupação do continente americano antes da chegada dos colonizadores portugueses; 1.2 Espaços de missão: catequese e uso de mão de obra indígena (século XVII); 1.3 Bandeiras: expansão territorial, escravização indígena e exploração do ouro (século XVIII). 2. Colonização e povoamento (séculos XVIII e XIX); 2.1 Cuiabá (de Arraial a Vila); 2.2 A Vila Bela da Santíssima Trindade; 2.3 A mineração do ouro e a mão de obra africana e indígena; 2.4 Da decadência da mineração à ascensão da pecuária no século XIX. 3. Mato Grosso entre Império e República (século XIX-XX); 3.1 Crise e transição no processo de independência (a Rusga); 3.2 A guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e seus efeitos; 3.3 O Estado Novo e a marcha para o Oeste; 3.4 A ditadura civil-militar, o desmembramento do estado e o surgimento do MS (1977); 3.5 Política fundiária e as tensões sociais no campo. **II- Ética e Filosofia:** 1. A Filosofia como busca racional pela verdade e reflexão crítica sobre a realidade; o estudo do conhecimento: conhecimento empírico, conhecimento científico e conhecimento filosófico; correntes epistemológicas: racionalismo, empirismo, criticismo; desafios contemporâneos: a pós-verdade e o impacto da inteligência artificial. 2. Questões relacionadas ao conceito e as medidas de enfrentamento ao assédio moral e sexual; atitudes éticas, respeito, valores e virtudes. **III- Atualidades:** Questões atuais dos contextos político, econômico, artístico-cultural e socioambiental do Brasil e de Mato Grosso. **IV- Legislação Específica:** 1. Lei Complementar Estadual nº 112/2002, que Institui o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso. 2. Lei Complementar nº 04/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais do Mato Grosso. 3. Código Estadual do Meio Ambiente. Lei Complementar nº 38/1995.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CARGO: ANALISTA DE MEIO AMBIENTE****PERFIL 1 - ARQUITETURA****I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1. Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental**

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações). Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar n. 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio

ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024). 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 9.612/201 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei nº 9.612/2011. **2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental** 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto Estadual nº 336/2007 - Outorga de direito de uso dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). **3. Recursos Naturais e Biodiversidade**

3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais. **4. Poluição e Controle Ambiental.** 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.** 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3 Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. **6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.** 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI). **7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.** 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional. **8. Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.** 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional. **9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.** 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e correedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL: 1. Gerenciamento:** 1.1 Análise e elaboração de planilhas, cronogramas e orçamentos de obras e serviços de arquitetura e urbanismo; 1.2 Elaboração de especificações técnicas para contratação de obras e serviços de arquitetura e urbanismo; 1.3 Acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de arquitetura e urbanismo; 1.4 Gerenciamento e gestão do processo de projetos; 1.5 Gerenciamento estratégico de obras e cronograma físico-financeiro; 1.6 Acompanhamento de Processos Construtivos; 1.7 Gestão de Riscos - princípios, matriz de riscos e outras ferramentas; 1.8 Gestão da Qualidade na Construção Civil; 1.9 Estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social e Controle financeiro de obras e serviços: juros simples, juros compostos, curvas de controle, reajustamento e índices aplicáveis. **2. Projeto:** 2.1 Projeto de Arquitetura e Urbanismo: definição de programa funcional da edificação - corporativo, equipamentos de saúde (hospitais, postos de saúde), habitação, escolas e outros equipamentos de uso coletivo; 2.2 Dimensionamento básico e parametrização por tipo de programa funcional - corporativo, equipamentos de saúde (hospitais, postos de saúde), habitação, escolas e outros equipamentos de uso coletivo; 2.3 Especificação de materiais, obras e serviços, com ênfase em materiais e processos construtivos sustentáveis; 2.4 Métodos e técnicas de representação e comunicação de projetos, incluindo representação gráfica (desenhos de forma geral), escrita (incluindo memoriais justificativos e descritivos); 2.5 Noções de Instalações prediais (instalações elétricas, hidrossanitárias, ventilação mecânica e ar-condicionado, e prevenção e combate a incêndio); 2.6 Compatibilização de projetos, entre projetos de arquitetura e urbanismo e projetos complementares, como estruturar, condicionamento ambiental, luminotécnica, instalações elétricas e hidrossanitárias, comunicação visual, prevenção e combate a incêndio, paisagismo, drenagem, luminotécnica, esgotamento sanitário, dentre os mais recorrentes. **3. Análise e acompanhamento de projetos de investimento em desenvolvimento urbano e regional:** 3.1 Transporte e mobilidade, incluindo intermodalidade de transporte coletivo motorizado de passageiros e transporte de massa (metrô, trem, ônibus) e modais não motorizados e individuais (bicicleta e peatonal), com base na Lei nº 12.587/2012, conhecida como Lei da

Mobilidade Urbana; 3.2 Reordenamento, revitalização e requalificação urbana; 3.3 Ampliação e melhoria da infraestrutura básica, incluindo gerenciamento ambiental de bacias hidrográficas, tendo em vista sua preservação, recuperação ou requalificação; 3.4 Saneamento básico e remediação ambiental, incluindo: captação, produção, reservação e distribuição de água; coleta, tratamento e disposição adequada de esgotos/lodos, coleta, tratamento, reciclagem e disposição de resíduos sólidos; gestão integrada, manejo e despoluição de bacias hidrográficas e drenagem; determinação da legislação federal em vigor: Lei nº 11.445, de 5/1/2007 e Lei nº 14.026, de 15/7/2020; 3.5 Utilização de estratégias para implantação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN), com foco na qualificação de sistemas de espaços livres públicos; 3.6 Sistemas de Segurança Pública, mediante instrumentos de vigilância não invasiva baseada em evidências.

4. Estruturação de projetos urbanos: 4.1 Legislação Federal, incluindo a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766, de 19/1/1979 e atualizações), o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10/7/2001 e atualizações) e Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089, de 12/1/2015); Lei de Regularização Fundiária (Lei nº 13.465, de 11/7/2017); 4.2 Estudo de Viabilidade Urbana e Legislação Urbanística Municipal (Leis referentes a Plano Diretor Municipal, conforme previsto nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que inclui as determinações do Macrozoneamento Municipal e do Zoneamento Urbano); 4.3 Incorporação Imobiliária, processo de precificação do solo urbano, instrumentos legais previstos do Plano Diretor para cumprimento da Função Social da Propriedade Urbana, conforme artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, e Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10/7/2001; 4.4 Estruturação de operações urbanas - concessões, parcerias público-privadas, operações urbanas consorciadas dentre outros, conforme previsto no Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10/7/2001; 4.5 Grandes Projetos Urbanos, com base nas legislações federais e municipais em vigor (Legislação Federal, incluindo a Lei de Parcelamento do Solo Urbano - Lei nº 6.766, de 19/1/1979), o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10/7/2001) e Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089, de 12/1/2015); 4.6 Reabilitação de Áreas Centrais, observando a legislação municipal em vigor e as políticas e planos nacionais urbanos (Leis referentes a Plano Diretor Municipal, conforme previsto nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que inclui as determinações do Macrozoneamento Municipal e do Zoneamento Urbano) e instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10/7/2001). **5. Acessibilidade:** 5.1 Conceito e aplicações, tendo em vista o Acesso a Oportunidade de emprego, saúde e educação, vitais a qualidade da vida urbana da população; 5.2 Acessibilidade e desenho universal, incluindo os tipos: atitudinal; arquitetônica; metodológica; programática; instrumental; nos transportes; nas comunicações; digital e natural; 5.3 Aplicação da legislação em vigor, com base na ABNT NBR 9050:2022 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, e demais regulamentações municipais. **6. Avaliação imobiliária:** 6.1 Avaliação de imóveis urbanos e rurais com o uso de tratamento científico segundo a NBR 14.653, partes 1, 2, 3 e 4; 6.2 Conhecimento de técnicas de coleta de dados a partir de acesso a plataformas de vendas de imóveis urbanos e rurais. **7. Normas, legislações e políticas:** 7.1 Leis de licitações, incluindo: Lei nº 13.303/2016 (ênfase no capítulo 1 e capítulo 2) art. 178 da Lei nº 14.133/2021; 7.2 Legislação Ambiental, incluindo: Licenciamento Ambiental: Lei nº 6.938/1981 e atualizações (Política Nacional do Meio Ambiente), Resolução CONAMA nº 237/1997, Lei Complementar nº 140/2011 e atualizações; 7.3 Legislação de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural - Lei nº 6.292/1975 e a Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei nº 8.313, de 23/12/1991; 7.4 Política Urbana: Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e suas atualizações; Carta Brasileira das Cidades Inteligentes; Locação Social; Habitação de Renda Mista; Habitação de Interesse Social; Regularização Fundiária (Lei nº 13.465, de 11/7/2017); Concessões e Parcerias Público Privadas Urbanas (Lei nº 11.079, de 30/12/2004); Urbanização de Favelas e comunidades periféricas; 7.5 Infraestrutura, incluindo: Política Nacional de Saneamento Básico; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; Política Nacional de Transportes; Política Nacional da Habitação; Lei nº 11.488/2007 e alterações (cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI); Infraestrutura de energia elétrica: desenvolvimento da infraestrutura, compartilhamento de Infraestrutura de distribuição e transmissão; Declaração de Utilidade Pública - DUP; Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334/2010 e alterações); 7.6 Conhecimento e aplicação das Metas da ONU-Habitat, incluindo a Nova Agenda Urbana (NAU). Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso.

PERFIL 2 - BIOLOGIA

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1. Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua

regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações). Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar n. 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/ 2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024). 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011

2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto 336/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de

resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). **3. Recursos Naturais e Biodiversidade** 3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais. **4. Poluição e Controle Ambiental.** 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.** 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3 Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. **6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.** 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI). **7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.** 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional. **8. Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.** 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional. **9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.** 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e corregedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL:** 1. Ecologia e Meio Ambiente. 1.1 Conceitos fundamentais: ecossistemas, nicho ecológico, cadeias e teias alimentares. 1.2 Dinâmica de populações e comunidades. 2. Gestão de Recursos Naturais e Biodiversidade. 2.1 Conservação da biodiversidade. 2.2 Unidades de Conservação: criação, gestão e categorias. 2.3 Conservação Biológica. 3. Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). 3.1 Metodologias de AIA. 4. Manejo, Conservação e Restauração Ecológica. 4.1 Manejo de Fauna e Flora. 4.2 Técnicas de manejo de espécies e habitats. 4.3 Planos de Manejo. 4.4 Elaboração e implementação de Planos de Manejo para Unidades de Conservação. 4.5 Monitoramento da biodiversidade. 4.6 Restauração Ecológica: princípios e técnicas de restauração de áreas degradadas. 5. Poluição e Controle Ambiental. 5.1 Tipos de poluição e seus impactos sobre a fauna, flora e saúde humana. 5.2 Tecnologias de Remediação e Controle. 5.3 Métodos de tratamento e remediação de áreas contaminadas. 6. Fundamentos de Botânica. 6.1 Botânica Sistemática. 6.2 Morfologia Vegetal. 6.3 Fisiologia Vegetal. 6.4 Ecologia Vegetal. 7. Fundamentos de Zoologia. 7.1 Fisiologia Animal. 7.2 Ecologia de Populações. 7.3 Ecologia de Comunidades.

PERFIL 3 - ENGENHARIA AGRONÔMICA / AGRONOMIA**I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis):****Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental**

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações). Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar nº 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos

e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/ 2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024. 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011 **2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental** 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto 336/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). **3. Recursos Naturais e Biodiversidade** 3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural

(CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais. **4. Poluição e Controle Ambiental.** 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.** 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3 Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. **6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.** 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI). **7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.** 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA - Lei Orçamentária Anual, PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional. **8. Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.** 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional. **9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.** 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e correção. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL:** 1. Gestão, Política e Ecologia Ambiental 1.1. Ecologia e meio ambiente urbano. 1.2. Conceito de desenvolvimento sustentável. 1.3. Integração entre a sociedade, a economia e o meio ambiente. 1.4. Noções de gestão e de política ambiental. 1.5. Avaliação de impactos ambientais. 1.6. Recuperação de espaços degradados. 1.7. Educação ambiental: métodos, materiais e atividades de conscientização da população. 2. Recursos Hídricos e Conservação 2.1. Manejo e recuperação de bacias hidrográficas. 2.2. Águas: pluviais, superficiais e subterrâneas. 2.3. Métodos de irrigação e drenagem. 2.4. Manejo e conservação dos recursos naturais renováveis. 3. Arborização e Espaços Urbanos 3.1. Arborização urbana. 3.2. Planos de manejo. 3.3. Sistemática vegetal. 3.4. Características das espécies utilizadas. 3.5. Padronização de mudas destinadas a espaços urbanos públicos. 3.6. Plantio, transplantio, supressão e poda. 3.7. Avaliação de risco, inventário e controle fitossanitário. 3.8. Áreas verdes e unidades de conservação urbanas. 4. Biodiversidade e Ecossistemas 4.1. Biomas Cerrado, Pantanal e Amazônia. 4.2. Planos de manejo específicos. 4.3. Impactos da invasão biológica sobre ecossistemas urbanos. 4.4. Controle de incêndios. 5. Proteção Vegetal e Sanidade 5.1. Entomologia, fitopatologia e invasoras. 5.2. Identificação, diagnóstico e manejo ecológico de pragas, doenças, ervas daninhas e invasoras. 5.3. Métodos de controle e resistência. 5.4. Receituário agrônomo e destinação final de embalagens. 6. Fitotecnia e Produção Vegetal 6.1. Fitotecnia geral. 6.2. Olericultura e fruticultura: aspectos gerais, propagação, técnicas de cultivo, adubação e calagem. 6.3. Colheita, armazenamento, beneficiamento e comercialização. 6.4. Mecanização agrícola. 6.5. Silvicultura: sementes, produção de mudas e viveiros florestais. 6.6. Noções sobre custos e rendimentos de florestas plantadas e biomassa. 6.7. Sistemas de produção urbana: pomares, sistemas agroflorestais e silvipastoris. 7. Engenharia, Solo e Paisagismo 7.1. Projetos paisagísticos, de irrigação e drenagem. 7.2. Solos: morfologia, classificação, propriedades físicas e químicas, matéria orgânica. 7.3. Solos: aptidão, capacidade de uso, manejo e práticas de conservação. 7.4. Gestão de resíduos. 8. Geotecnologias 8.1. Sensoriamento remoto. 8.2. Noções de fotointerpretação, fotogrametria e SIG (Sistemas de Informação Geográfica). 8.3. Geoprocessamento.

PERFIL 4 - ENGENHARIA AMBIENTAL, ENGENHARIA SANITÁRIA, ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA**I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1. Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental**

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações). Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar n. 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/ 2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024. 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1998 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011 **2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental** 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de

Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto 336/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macrodrenagem e microdrenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). **3. Recursos Naturais e Biodiversidade** 3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais. **4. Poluição e Controle Ambiental.** 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.** 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3 Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. **6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.** 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI). **7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.** 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional. **8. Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.** 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional. **9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.** 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e corregedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL:** 1. Fundamentos das Ciências Ambientais. Ecossistemas: conceitos, estrutura, classificação, tipos de ecossistemas brasileiros. Ciclos biogeoquímicos. Dinâmica das populações. Noções de geologia, pedologia e hidrogeologia. Noções de geografia/cartografia e hidrologia. Noções de limnologia. Noções de meteorologia e climatologia. Planejamento ambiental: planejamento territorial, urbanismo, vocação e uso do solo. Desenvolvimento sustentável: conceitos, objetivos e diretrizes. Valoração econômica do meio ambiente. Avaliação do uso de recursos naturais. 2. Recursos Hídricos e Efluentes Líquidos. Abastecimento de água. Tratamento de água: processos convencionais e avançados. Qualidade da água: parâmetros e padrões de potabilidade. Poluição hídrica: orgânica, tóxica, por nutrientes, por micro-organismos patogênicos e térmica. Classificação dos corpos d'água superficiais e descarga de efluentes. Gestão e tecnologias de tratamento de efluentes líquidos para descarte e/ou reúso (processos físicos, químicos e biológicos). 3. Resíduos Sólidos e Contaminação de Solos e Águas Subterrâneas. Qualidade do solo e da água subterrânea. Gerenciamento interno de resíduos: caracterização, coleta, acondicionamento, armazenamento, licenciamento, aproveitamento. Gerenciamento externo: transporte, tratamento e disposição. Tecnologias de tratamento e destinação ambientalmente adequadas. Tecnologias de reabilitação de solos e águas subterrâneas. Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas atualizações. Normas ABNT NBR 10004-1:2024 e NBR 10004-2:2024 (classificação de resíduos sólidos). 4. Emissões Atmosféricas e Mudanças Climáticas.

Conceitos de atmosfera e poluição atmosférica. Principais poluentes atmosféricos e suas características. Qualidade do ar: padrões e tecnologias de controle. Efeito estufa e gases associados. Vulnerabilidade, mitigação e adaptação. Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009 e suas atualizações). Acordo de Paris e transição energética para baixo carbono. Conceitos de mercado e precificação de carbono. 5. Uso Racional de Recursos Naturais e Energia. Conservação da água: monitoramento, indicadores de consumo, eliminação de desperdícios. Reúso interno e externo. Conservação de energia: monitoramento, indicadores, integração energética. Eficiência energética e fontes renováveis. Uso racional de materiais: não geração de resíduos, segregação e reúso. Reciclagem e economia circular. Análise de ciclo de vida (normas ABNT ISO 14040, 14044 e 14071). 6. Planejamento e Resposta a Emergências Ambientais. Planos de emergência individual, planos de área e plano nacional de contingência. Cartas de sensibilidade ambiental. 7. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos Ambientais. Identificação de cenários. Avaliação de frequência e consequências. Técnicas de estudo de riscos: APR, HAZOP, FMEA, AAF, AAE. Critérios de risco individual e social. Plano de gerenciamento de riscos. Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 8. Sistema Globalmente Harmonizado (GHS). Classificação e rotulagem de produtos químicos. Norma ABNT NBR 14725:2023/2025 (informações sobre segurança, saúde e meio ambiente). 9. Licenciamento Ambiental e EIA/RIMA. Procedimentos para licenciamento ambiental. EIA/RIMA: critérios, métodos e etapas de elaboração. Processo de licenciamento: tipos, audiência pública, compensação ambiental, condicionantes. 10. Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança Ocupacional. Sistema de Gestão Ambiental (ABNT NBR ISO 14001:2015 e atualizações). Avaliação de desempenho ambiental (ABNT NBR ISO 14031:2015). Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional (ISO 45001:2018). Auditoria de sistemas de gestão (ABNT NBR ISO 19011:2018/2019). 11. Responsabilidade Social e Sustentabilidade. Princípios da responsabilidade social. Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Diretrizes ABNT NBR ISO 26000:2010. Sistema de gestão da responsabilidade social (ABNT NBR 16001:2012). 12. Legislação Ambiental Aplicada. Lei Complementar nº 140/2011 e suas atualizações. Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal) e suas atualizações. Lei Federal nº 11.284/2006 (Gestão de Florestas Públicas) e suas atualizações. Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e suas atualizações. Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e suas atualizações. Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC) e suas atualizações. Lei Federal nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e suas atualizações. Lei Federal nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico) e suas atualizações. Lei Federal nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima) e suas atualizações. Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e suas atualizações. Lei Federal nº 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens) e suas atualizações. Lei Federal nº 14.119/2021 (Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais) e suas atualizações. Resoluções CONAMA nº 001/1986 (EIA/RIMA), nº 237/1997 (Licenciamento Ambiental), nº 357/2005 (Classificação das águas superficiais), nº 430/2011 (Descarte de efluentes), nº 420/2009 (Áreas contaminadas), nº 491/2018 e nº 506/2024 (Qualidade do ar), nº 382/2006 (Emissões atmosféricas), nº 398/2008 (Plano de Emergência Individual).

PERFIL 5 - ENGENHARIA CIVIL

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1. Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações). Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar n. 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal Nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/ 2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº

9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024). 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011. **2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental** 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto 336/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). **3. Recursos Naturais e Biodiversidade** 3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais. **4. Poluição e Controle Ambiental.** 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.** 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3

Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. **6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.** 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI). **7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.** 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional. **8. Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.** 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional. **9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.** 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e corregedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL: 1. Geotecnia e obras de terra:** 1.1 Topografia; 1.2 Mecânica dos solos; 1.3 Obras de terra; 1.4 Obras de contenção; 1.5 Fundações: tipos, projeto, detalhamento, execução, controle tecnológico e verificação; 1.6 Terraplenagem: corte, aterro e compactação; 1.7 Jazidas e bota fora; 1.8 Equipamentos para transporte, desmonte e compactação de solo. **2. Materiais e tecnologia da construção:** 2.1 Materiais de construção; 2.2 Controle tecnológico; 2.3 Tecnologia das construções; 2.4 Instalações provisórias e canteiros de obras; 2.5 Recebimento, controle e armazenamento de materiais; 2.6 Sistemas construtivos prediais e industriais; 2.7 Patologia e manutenção nas construções; 2.8 Melhorias, reformas e *retrofit* de edificações residenciais e comerciais; 2.9 Resistência dos materiais. **3. Projetos e instalações:** 3.1 Projetos e especificações de obras civis prediais, industriais, de estruturas e de instalações; 3.2 Instalações prediais de água, eletricidade, esgoto, gás e águas pluviais; 3.3 Instalações de combate a incêndio; 3.4 Obras de arte especiais na engenharia civil. **4. Estruturas:** 4.1 Estruturas de concreto armado, metálicas e mistas; 4.2 Projeto, detalhamento, execução, controle tecnológico e verificação; 4.3 Mecânica das estruturas; 4.4 Análise de estruturas. **5. Orçamento, planejamento, medição, fiscalização e controle de obras:** 5.1 Orçamento de obras e serviços: composição de custos, orçamentação, BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) e encargos sociais incidentes em orçamentos de obras; 5.2 Planejamento, gerenciamento e gestão de obras civis; 5.3 Cronogramas físico-financeiros, Gantt, PERT, curvas, gráficos e fluxo de caixa; 5.4 Acompanhamento e controle físico e financeiro de obras e serviços; 5.5 Licitações e contratos; 5.6 Critérios de medição de obras e pagamento; 5.7 Fiscalização de obras e serviços; 5.8 Ajustes, aditivos, reajustamento e reequilíbrio econômico-financeiro; 5.9 Vistorias, inspeções, perícias, pareceres e laudos, recuperação de estruturas e de edificações; atuação em perícias judiciais: atribuições e responsabilidades de peritos e assistentes, elaboração de quesitos, obrigação de fazer x obrigação de pagar, elaboração de pareceres e laudos; 5.10 Unidades do Sistema Internacional (SI) de medidas utilizadas na Engenharia Civil; 5.11 Acompanhamento e aplicação de recursos (vistorias, emissão de faturas, controle de materiais); 5.12 Sistema de gestão da qualidade; 5.13 Produtividade na construção civil; 5.14 Orçamento e cronograma para licitações públicas. **6. Avaliação imobiliária:** 6.1 Avaliação de imóveis, tanto urbanos quanto rurais com base na NBR 14.653, partes 1, 2, 3 e 4; 6.2 Produto imobiliário; 6.3 Plano de negócios e comercialização; 6.4 Estudos de viabilidade. 6.5 Incorporação imobiliária. 6.6 Parcelamento do solo (loteamento e desmembramento). 6.7 Aprovação, registros e licenças necessários em empreendimentos imobiliários; 6.8 Conhecimento de técnicas de coleta de dados a partir de acesso a plataformas de vendas de imóveis urbanos e rurais; 6.9 Noções de utilização de algoritmos e modelagens (*Machine Learning*, *Random Forest* e *Gradient Boosting*) e de avaliação por AVM - *Automated Valuation Model*. **7. Pavimentação, vias, transporte e mobilidade:** 7.1 Materiais para pavimentação; 7.2 Projeto e execução de pavimentos flexíveis e rígidos; 7.3 Controle tecnológico de pavimentação; 7.4 Patologia e manutenção de pavimentos; 7.5 Especificação e dimensionamento de pavimentos; 7.6

Vistoria, recuperação e conservação de pavimentos; 7.7 Geometria de vias urbanas, estradas e rodovias; 7.8 Vias Vicinais; 7.9 Drenagem superficial e profunda; 7.10 Sinalização viária e segurança rodoviária; 7.11 Obras de arte especiais; 7.12 Transporte e mobilidade, incluindo intermodalidade de transporte coletivo motorizado de passageiros e transporte de massa (metrô, trem, ônibus) e modais não motorizados e individuais (bicicleta e pedonal); 7.13. Estudos de viabilidade em mobilidade e infraestrutura. **8. Sustentabilidade, acessibilidade e conforto:** 8.1 Sustentabilidade na construção civil; 8.2 Acessibilidade a edificações, espaços e equipamentos urbanos (NBR 9.050); 8.3 Desempenho das construções (NBR 15.575, partes 1 a 6); 8.4 Conforto térmico, acústico e lumínico; 8.5 Qualidade ambiental e na construção civil; 8.6 Energia fotovoltaica: Princípios de funcionamento, integração com edificações e infraestrutura urbana, eficiência energética e impacto ambiental. **9. Hidráulica, hidrologia e saneamento:** 9.1 Hidráulica; 9.2 Hidrologia; 9.3 Sistemas de esgotamento sanitário e tratamento de esgoto; Sistema de abastecimento de água e tratamento de água; drenagem; 9.4 Aterro sanitário; 9.5 Projeto, detalhamento, execução, controle tecnológico e verificação; 9.6 Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos; 9.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem); 9.8 Marco regulatório do saneamento; 9.9 Estudos de viabilidade em saneamento. **12. Legislação e normas técnicas:** 12.1 Lei 14.133/2021 (Lei de licitações) e suas alterações; 12.2 Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e suas alterações; 12.3 Lei 11.079/2004 (Lei das PPPs) e suas alterações; 12.4 Decreto 7.983/2013 e suas alterações; 12.5 Normas Brasileiras da ABNT aplicáveis à Engenharia Civil; 12.6 Legislação Ambiental, incluindo: Licenciamento Ambiental: Lei nº 6.938/1981 e atualizações (Política Nacional do Meio Ambiente); Resolução CONAMA nº 237/1997, Lei Complementar nº 140/2011 e atualizações; 12.7 Política Urbana: Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e suas atualizações; Carta Brasileira das Cidades Inteligentes; Locação Social; Habitação de Renda Mista; Habitação de Interesse Social; Regularização Fundiária (Lei nº 13.465, de 11/7/2017); Urbanização de Favelas e comunidades periféricas; 12.8 Infraestrutura, incluindo: Política Nacional de Saneamento Básico; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; Política Nacional de Transportes; Política Nacional da Habitação; Lei nº 11.488/2007 e alterações (cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI); Infraestrutura de energia elétrica: desenvolvimento da infraestrutura, compartilhamento de Infraestrutura de distribuição e transmissão; Declaração de Utilidade Pública - DUP; Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334/2010 e alterações).

PERFIL 6 - ENGENHARIA DE MINAS

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1. Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações). Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar n. 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal Nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/ 2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014.

1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024. 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011. **2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental** 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto 336/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). **3. Recursos Naturais e Biodiversidade** 3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais. **4. Poluição e Controle Ambiental.** 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.** 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3 Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. **6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.** 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI). **7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.** 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho

Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional. **8. Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.** 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional. **9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.** 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e corregedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL:** 1. Fundamentos de Geologia e Mineralogia: princípios de geologia geral; identificação e classificação de minerais; prospecção mineral; transformação de anomalias geológicas em minas economicamente viáveis (identificação de anomalias geológicas; avaliação da viabilidade econômica; processos de validação). 2. Mineração: impactos ambientais da mineração; geologia econômica; prospecção mineral; legislação mineral e ambiental; planejamento, desenvolvimento de minas e avaliação de jazidas; métodos de lavra a céu aberto e subterrânea; planejamento e dimensionamento de minas; segurança operacional; perfuração e desmonte de rochas; segurança na mineração. 3. Beneficiamento de Minérios: técnicas de britagem, moagem, classificação, concentração e separação; aproveitamento de rejeitos. 4. Geotecnia e Estabilidade de Estruturas: estabilidade de taludes; barragens de rejeitos; contenções e monitoramento geotécnico; desenvolvimento de infraestruturas; análise de riscos geotécnicos. 5. Hidrogeologia e Recursos Hídricos: interação mineração-recursos hídricos; drenagem e controle de águas superficiais e subterrâneas. 6. Meio Ambiente e Mineração: impactos ambientais da atividade minerária; recuperação de áreas degradadas; licenciamento ambiental aplicado à mineração. 7. Recuperação de Áreas Degradadas: importância da recuperação; métodos de recuperação (revegetação; remediação de solos; reabilitação de ecossistemas). 8. Resíduos de Mineração: gestão de resíduos; barragens de rejeitos; reutilização de resíduos. 9. Descomissionamento de Empreendimentos Minerários. 10. Economia Mineral e Legislação. Política mineral brasileira. Decreto-Lei nº 227/1967 (Código de Mineração); Lei nº 6.567/1978 (regime especial para exploração de substâncias minerais); Lei nº 7.805/1989 (regime de permissão de lavra garimpeira); Lei nº 8.001/1990 e Lei nº 13.540/2017 (CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais); Lei nº 13.575/2017 (criação da Agência Nacional de Mineração - ANM). Código de Mineração. Decreto-Lei nº 227/1967 e suas alterações; Decreto nº 9.406/2018 (regulamenta o Código de Mineração). Normas da ANM (Agência Nacional de Mineração): Resolução ANM nº 01/2018 (estrutura regimental da ANM); Resolução ANM nº 24/2020 (procedimentos de segurança de barragens de mineração); Resolução ANM nº 68/2021 (normas sobre aproveitamento econômico de recursos minerais); Resolução ANM nº 85/2021 (normas de fiscalização); Resolução ANM nº 94/2022, nº 95/2022, nº 103/2022, nº 122/2022, nº 142/2023 (diversas normas técnicas e regulatórias sobre mineração e segurança). 11. Saúde e Segurança Ocupacional Normas regulamentadoras aplicadas à mineração: NR-22 - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração (principal norma específica para o setor); NR-6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI); NR-9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); NR-15 - Atividades e Operações Insalubres; NR-33 - Segurança e Saúde nos Espaços Confinados; NR-35 - Trabalho em Altura. Higiene e segurança do trabalho: Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), artigos sobre segurança e medicina do trabalho; Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamentam as NRs. Normas da ANM sobre segurança de barragens e empreendimentos minerários (ex.: Resolução ANM nº 13/2019 e posteriores).

PERFIL 7 - ENGENHARIA ELÉTRICA**I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1. Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental**

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações). Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar n. 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal Nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal

nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/ 2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024. 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011 **2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental** 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto 336/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). **3. Recursos Naturais e Biodiversidade** 3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso

sustentável dos recursos naturais. **4. Poluição e Controle Ambiental.** 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.** 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3 Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. **6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.** 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI). **7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.** 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional. **8. Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.** 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional. **9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.** 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e corregedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL: 1. Teoria e técnica circuitos elétricos.** 1.1 Teoria de circuitos CC e CA; Técnicas de análise de circuitos com Resistores, Capacitores, Indutores (RL, RC e RLC); Leis de Kirchhoff e Teoremas Norton e Thevenin; 1.2 Análise de circuitos senoidais CC e CA (monofásicos e trifásicos); 1.3 Potência em circuitos senoidais; 1.4 Circuitos trifásicos equilibrados; 2. Fator de potência e correção de fator de potência em circuitos trifásicos equilibrados; 2.1 Variáveis elétricas; Representação por fasores; Indutância, Capacitância e Indutância mútua; Diagramas fasoriais; Potência e Energia; 2.2 Resposta às Funções Singulares; Resposta livre, ao impulso e ao degrau. **3. Eletrônica analógica e digital:** 3.1 Diodos, transistores bipolares de junção, transistores de efeito de campo MOSFET e aplicações; 3.2 Polarização de transistores, aplicação em amplificadores e fontes de tensão e corrente; 3.3 Amplificadores Operacionais e aplicações; 3.4 Sistemas de numeração (binário, octal, decimal e hexadecimal); 3.5 Álgebra Booleana, portas lógicas e circuitos combinacionais; 3.6 Análise de circuitos combinacionais com somadores, multiplexadores, comparadores e decodificadores. **4. Medidas elétricas:** 4.1 Medidas elétricas, utilização de instrumentos: voltímetro; amperímetro; frequencímetro, ohmímetro, terrômetro, Analisador de espectro, analisador de Energia e osciloscópio; 4.2 Unidades de medidas e Sistema Internacional de Unidades; 4.3 Transformadores para instrumentos (Transformador de potencial e transformador de corrente); 4.4 Medição de Potência Elétrica em Corrente Alternada; 4.5 Medições de energia elétrica ativa e reativa; 4.6 Técnicas para medição de resistência de terra. 4.7 Cargas não lineares: tensão, corrente e indicadores de distorção harmônica. **5. Análise de sistemas elétricos:** 5.1 Valores por unidade (p.u.); 5.2 Representação de circuitos trifásicos por meio de Componentes simétricas; 5.3 Representação de Redes e elementos por seus Diagramas Sequenciais; Linhas, Transformadores, Geradores e Motores; 5.4 Falhas simétricas e assimétricas; Falhas através de uma impedância; 5.5 Cálculo de correntes de curto-circuito para faltas trifásicas, monofásicas, bifásicas e bifásicas aterradas; 5.6 Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; 5.7 Proteção de sistemas elétricos. **6. Instalações elétricas de baixa, média e alta tensão e subestações:** 6.1 Dimensionamento de condutores elétricos; 6.2 Proteção e coordenação; 6.3 Projeto de sistemas de aterramento; 6.4 Projeto de subestação, diagramas unifilares básicos, Arranjos típicos de subestações; 6.5 Tipos de barramento, malhas de terra, sistemas auxiliares

e equipamentos de manobra em alta tensão; 6.6 Sistema para proteção contra descargas atmosférica (SPDA). **7. Máquinas elétricas:** 7.1 Princípios básicos de Conversão de Energia; 7.2 Transformadores monofásicos e trifásicos: ligações, circuitos equivalentes, operação, regulação; Auto-transformadores; 7.3 Máquinas de corrente contínua: análise, circuitos equivalentes, características eletromecânicas e operação; 7.4 Máquinas trifásicas síncronas: análise, circuitos equivalentes, características eletromecânicas e operação; 7.5 Motores trifásicos assíncronos: análise, características eletromecânicas e operação; Partida de motores; 7.6 Estratégias de acionamento e controle. **8. Sistemas de controle:** 8.1 Conceitos básicos de sistemas; Modelo de Sistemas Lineares; Aplicação da Transformada de Laplace em modelos elétricos; Função de Transferência; 8.2 Representação de sistemas de controle; Diagrama em Blocos; Características dos Sistemas em malha aberta e em malha fechada; 8.3 Sistemas de 2ª ordem; Resposta Temporal em Malha aberta e em malha fechada; 8.4 Análise de Estabilidade de Sistemas Lineares no domínio da frequência, aplicação do método do Lugar das Raízes e análise via Diagrama de Bode; 8.5 Representação de sistemas pelo Modelo em Espaço de Estado; Equacionamento; conversão para Função de Transferência; Cálculo de Polos e Zeros; 8.6 Análise de Sinais e Sistemas Discretos; Teoria da amostragem; Conversão de Sistemas Contínuos para Discretos; Transformada Z e suas aplicações no Controle de Sistemas em tempo discretos. **9. Gestão de projetos:** 9.1 Conceito e Objetivos da gestão de projetos; 9.2 Gerenciamento do ciclo de vida do projeto; 9.3 Planejamento de um projeto; 9.4 Estrutura analítica do Projeto, Cronograma, Diagrama de Rede, Diagrama de Gantt, Caminho Crítico e Folgas; 9.5 Execução, acompanhamento e controle de um projeto; 9.6 Metodologias, técnicas e ferramentas da gestão de projetos; 9.7 Gerenciamento de projetos (PMBOK 7ª Edição): Conceitos básicos, estrutura e objetivos. **10. Legislação:** 10.1 Noções da Lei nº 14.133/2021, no que se refere a obras e serviços de engenharia; 10.2 - NR10, Segurança em instalações e serviços em eletricidade.

PERFIL 8 - ENGENHARIA FLORESTAL

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1. Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental 1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações. Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar n. 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal Nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/ 2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024). 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental

das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011

2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto 336/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas).

3. Recursos Naturais e Biodiversidade 3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais.

4. Poluição e Controle Ambiental. 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas.

5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade. 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3 Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5 Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6 Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos.

6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos. 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI).

7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública. 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional.

8. Pesquisa, Estatística e Informação

Ambiental. 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional.

9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais. 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e corregedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social.

II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL: 1. Planejamento e Licenciamento Ambiental: princípios, etapas e instrumentos de gestão ambiental; Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); Lei Complementar nº 140/2011 (competências ambientais); Lei nº 9.605/1998 (Crimes Ambientais); Decreto nº 6.514/2008 (infrações administrativas ambientais). 2. Economia Florestal: análise de custos e benefícios; valoração de recursos florestais; mercado de produtos florestais. 3. Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e Geoprocessamento: cartografia digital; sensoriamento remoto; aplicação em manejo florestal. 4. Legislação Ambiental e Florestal: Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal); Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC); Lei nº 11.284/2006 (Gestão de Florestas Públicas). 5. Silvicultura: sementes; produção de mudas; viveiros florestais; técnicas de plantio e condução. 6. Ecossistemas: definição; estrutura; fluxo de energia; cadeias alimentares; ciclos biogeoquímicos; sucessão ecológica; biomas brasileiros. 7. Recursos Naturais: água, ar, solo, flora e fauna; uso sustentável e conservação. 8. Meio Aquático: água na natureza; usos e qualidade da água; abastecimento; controle da poluição; preservação dos mananciais; sustentabilidade dos recursos hídricos; Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos). 9. Implantação de Povoamentos Florestais: preparo do solo; plantio; espaçamento; tratamentos culturais. 10. Proteção Florestal: controle de pragas e doenças; prevenção e combate a incêndios florestais; enchentes e eventos extremos; Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal - prevenção de incêndios e uso do fogo controlado). 11. Dendrometria: medições florestais; volumetria; crescimento florestal. 12. Inventário Florestal: métodos aleatórios e estratificados; análise de dados. 13. Manejo de Bacias Hidrográficas: diagnóstico de bacias; controle de erosão e torrentes; recuperação de bacias hidrográficas; Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos). 14. Manejo Florestal: sistemas de aplicação usual; fatores internos e externos que influenciam o crescimento das árvores; técnicas de condução da floresta sob manejo; índice de incremento; Lei nº 11.284/2006 (Gestão de Florestas Públicas). 15. Estrutura de Florestas Tropicais: composição, estratificação e dinâmica. 16. Conservação de Ecossistemas: estratégias de preservação e recuperação; corredores ecológicos; serviços ecossistêmicos; Lei nº 9.985/2000 (SNUC). 17. Classificação da Vegetação Brasileira: tipologias e formações vegetais. 18. Noções de Cartografia: princípios básicos; interpretação de mapas; escalas. 19. Tecnologia da Madeira: propriedades físicas e mecânicas da madeira; serras principais e auxiliares; métodos de conservação; métodos de secagem. 20. Política e Certificação Florestal: instrumentos de política florestal; certificação de manejo sustentável (FSC, PEFC); Lei nº 11.284/2006 (Gestão de Florestas Públicas). 21. Educação Ambiental e Sustentabilidade: práticas de conscientização; integração comunidade-floresta; Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024).

PERFIL 9 - ENGENHARIA GEOLÓGICA / GEOLOGIA

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1. Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações). Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar n. 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal Nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/ 2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº

9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024). 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011. 2. **Licenciamento e Fiscalização Ambiental** 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Outorga de uso da água e gestão de recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). 3. **Recursos Naturais e Biodiversidade** 3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais. 4. **Poluição e Controle Ambiental.** 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. 5. **Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.** 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3

Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. 6. **Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.** 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI). 7. **Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.** 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional. 8. **Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.** 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional. 9. **Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.** 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e corregedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social. II - **CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL:** 1. Fundamentos de Química Estrutural; 2. Mineralogia Geral e Mineralogia Descritiva; 3. Geologia Geral: zoologia aplicada à geologia; geologia urbana; geologia do petróleo; geologia histórica; 4. Código de Mineração - Decreto-Lei nº 227/1967 e suas atualizações; 5. Legislação Ambiental: Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e suas atualizações; Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) e suas atualizações; Lei Complementar nº 140/2011 e suas atualizações; Lei nº 9.605/1998 (Crimes Ambientais) e suas atualizações; Decreto nº 6.514/2008 (Infrações Administrativas Ambientais) e suas atualizações; 6. Físico-Química Geral e Química Inorgânica Experimental; 7. Química Orgânica aplicada às Geociências; 8. Petrologia: sedimentar, ígnea e metamórfica; 9. Vulcanismo e ambientes associados; 10. Geoquímica e prospecção geoquímica; 11. Fotogeologia e sensoramento remoto em geologia; 12. Geofísica aplicada ao meio ambiente; 13. Estratigrafia e geocronologia; 14. Gemologia e rochas ornamentais; 15. Geomorfologia e análise de bacias sedimentares; 16. Hidrogeologia: recursos hídricos subterrâneos; qualidade da água; contaminação e remediação; Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e suas atualizações; 17. Geotecnia e geotectônica; 18. Técnicas de campo e mapeamento sedimentar; 19. Rochas e minerais industriais; 20. Tratamento de minérios e desmonte de rochas; 21. Recuperação de áreas degradadas e descomissionamento de empreendimentos minerários; 22. Riscos geoambientais: erosão, movimentos de massa, enchentes, contaminação de solos e águas; 23. Cartografia e geoprocessamento aplicados ao meio ambiente; 24. Conservação de ecossistemas; 25. Educação Ambiental e Sustentabilidade: Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024; 26. Gestão integrada de recursos naturais e certificação ambiental.

PERFIL 10 - ENGENHARIA HÍDRICA**I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1. Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental**

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações). Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar nº 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal Nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/ 2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do

Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024). 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011

2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental

2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto 336/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas).

3. Recursos Naturais e Biodiversidade

3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais.

4. Poluição e Controle Ambiental.

4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas

impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas.

5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.

5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3 Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos.

6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.

6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI).

7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.

7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional.

8. Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.

8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional.

9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.

9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e corregedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social.

II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL:

Hidrologia: 1 Processos hidrológicos: elementos de hidrometeorologia, precipitação, evapotranspiração, infiltração, escoamento superficial, escoamento subterrâneo, balanço hídrico, modelagem hidrológica chuva-vazão, hidrologia de bacias hidrográficas, noções de transporte de sedimentos, escoamento e propagação de vazões em rios e canais. 2 Hidrologia aplicada: medição de vazão e monitoramento hidrológico, vazões máximas, mínimas e conceito de tempo de retorno e risco hidrológico, regionalização de vazões, regularização de vazões, dimensionamento e operação de reservatórios, efeito de mudanças climáticas, do uso do solo e urbanização.

Hidráulica: 1 Conceitos básicos: hidroestática, hidrodinâmica de fluidos perfeitos, equação de continuidade, equação de energia, equação de Bernoulli. 2 Condutos forçados: tipos de escoamento, linha de energia e piezométrica, escoamento uniforme em tubulações, perdas de carga, sistemas de recalque, redes de distribuição de água. 3 Escoamento em condutos livres e hidráulica fluvial: escoamento permanente uniforme, perfil de velocidade, energia específica, ressalto hidráulico, estruturas hidráulicas e vertedores, escoamento permanente gradualmente variado, escoamento variável e propagação de cheias em rios e canais.

Sistemas Hidráulicos de Saneamento: 1 Sistemas de abastecimento de água: concepção, dimensionamento, tecnologias, operação e manutenção de sistemas de captação, adução, bombeamento, reservação e distribuição de água. 2 Sistemas de coleta de esgotos: concepção, dimensionamento, tecnologias e operação e manutenção de sistemas coletores, emissários, estações de recalque de esgotos, sistemas unitários e separador absoluto. 3 Sistemas de drenagem urbana: chuvas intensas e curvas i-d-f, escoamento superficial urbano, chuva e vazão de projeto, dimensionamento de bocas de lobo e redes de drenagem pluvial: tecnologias, operação e manutenção, soluções baseadas na natureza. 4 Tecnologias emergentes e inovadoras no tratamento de água e esgoto.

Saneamento Ambiental: 1 Sistemas de tratamento de água: padrões de potabilidade, etapas de tratamento de água, concepção, dimensionamento, tecnologias, operação e manutenção de sistemas de sedimentação, coagulação, filtração e desinfecção. 2 Sistemas de tratamento de esgotos. Características dos esgotos domésticos, tipos de tratamento primário, secundário e terciário, concepção, dimensionamento, tecnologias, operação e manutenção de sistemas de sedimentação, lodos ativados, digestão anaeróbia, lagoas de estabilização, filtros biológicos. 3 Resíduos Sólidos: tipos de resíduos, quantificação de produção, estratégias de gerenciamento de resíduos, coleta e transporte de resíduos, disposição final e aterros sanitários.

Segurança de Barragens: 1 Conceitos básicos: tipos de barragens, finalidades de barragens, componentes e partes de barragens. 2 Seções transversais de barragens: estabilidade de taludes, infiltração e sistemas de drenagem interna. 3 Modos de falha de barragens: erosão interna e *piping*, superação da vazão de projeto e galgamento, problemas de fundação. 4 Instrumentação de barragens. 5 Inspeções regulares e especiais. 6 Planos de ação de

emergência. **Infraestrutura Hídrica:** 1 Conceitos, concepção, planejamento, operação e manutenção. 1.1 Sistemas de adução de água bruta. 1.2 Sistemas de irrigação. 1.3 Aproveitamentos hidrelétricos. 1.4 Reservatórios de controle de cheias. 1.5 Eclusas e hidrovias.

PERFIL 11 - ENGENHARIA MECÂNICA

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1. Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações). Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar nº 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal Nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024. 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011. **2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental** 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3

Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto 336/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). **3. Recursos Naturais e Biodiversidade** 3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais. **4. Poluição e Controle Ambiental.** 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.** 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3 Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. **6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.** 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI). **7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.** 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional. **8. Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.** 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional. **9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.** 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e corregedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL:** 1. Termodinâmica: estado termodinâmico e propriedades termodinâmicas; Primeira Lei e a conservação de energia; Segunda Lei aplicada a ciclos e processos; gases perfeitos; ciclos teóricos de geração de potência e refrigeração. 2. Mecânica dos Fluidos: propriedades e natureza dos fluidos; hidrostática; equações constitutivas da dinâmica dos fluidos; escoamento em tubulações; noções de escoamento compressível em bocais; perdas de carga. 3. Transmissão do Calor: fundamentos e mecanismos de transferência de calor; condução, convecção e radiação; princípios de operação dos trocadores de calor. 4. Resistência dos Materiais: solicitações axiais, flexão e torção; diagramas de força cortante e momento fletor; momento de inércia das figuras planas; análise das tensões e deformações; estado plano de tensões; tensões/deformações em vigas carregadas transversalmente; medições de deformações com extensômetros; Lei de Hooke. 5. Fundamentos da Dinâmica: dinâmica das partículas; dinâmica de sistemas de partículas; dinâmica de corpos rígidos. 6. Máquinas de Fluxo: princípios de funcionamento e operação de bombas centrífugas e de deslocamento positivo; compressores alternativos, centrífugos e axiais; turbinas a vapor e a gás; aspectos termodinâmicos associados a essas máquinas. 7. Ciclos de Geração de Potência: conceitos práticos relativos aos ciclos de Rankine e Brayton; balanço energético e

cálculo de eficiência do ciclo; principais fatores da perda de eficiência; equipamentos auxiliares para implementação desses ciclos. 8. Corrosão: corrosão química e eletroquímica; métodos de proteção anticorrosiva. 9. Seleção de Materiais: fatores gerais de influência na seleção de materiais; principais materiais metálicos e não metálicos de uso industrial e respectivas indicações ao uso. 10. Noções de Estatística e Probabilidade com aplicações em Engenharia. 11. Eletrotécnica: princípios de funcionamento de geradores e motores elétricos. 12. Segurança do Trabalho e Meio Ambiente: normas regulamentadoras sobre Equipamentos de Proteção Individual (EPI); Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); segurança no trabalho em máquinas e equipamentos; atividades e operações perigosas. 13. Noções de Gestão de Projetos: planejamento, organização, execução e controle.

PERFIL 12 - ENGENHARIA QUÍMICA / QUÍMICA

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1.

Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações). Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar n. 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal Nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/ 2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024. 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento.

1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011. **2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental** 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto 336/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macrodrenagem e microdrenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). **3. Recursos Naturais e Biodiversidade** 3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais. **4. Poluição e Controle Ambiental.** 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.** 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3 Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. **6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.** 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI). **7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.** 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional. **8. Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.** 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional. **9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.** 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e corregedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL:** 1. Princípios básicos da Engenharia Química: materiais gasosos e líquidos; concentração e composição; relações de composição (massa, volume e quantidade de matéria); condições-padrão para gases e líquidos; materiais gasosos saturados com vapores; umidade absoluta e relativa. 2. Balanço de Massa e Energia: balanço de massa em processos físicos e químicos; reagente limitante e reagente em excesso; conversão global e por passe; rendimento e seletividade; balanços de massa e energia em processos contínuos no regime permanente. 3. Termodinâmica: leis da termodinâmica aplicadas a sistemas abertos e fechados; propriedades termodinâmicas de fluidos; comportamento de gases ideais e reais; equações de estado; equilíbrio de fases; equilíbrio químico (sistemas homogêneos e heterogêneos, equilíbrio iônico); ciclos de potência e de refrigeração. 4.

Eletroquímica e Corrosão: pilhas e eletrólise; tipos de corrosão e técnicas de inibição. 5. Operações Unitárias Ambientais: destilação integral (flash); destilação binária multiestágios; absorção e esgotamento; extração líquido-líquido; separações gás-sólido e líquido-sólido (decantação, filtração, ciclones e hidrociclones). 6. Escoamento de Fluidos: propriedades físicas dos fluidos; reologia; princípios da hidrostática; balanço de energia para fluidos em escoamento; fator de atrito e perda de carga em tubulações; regimes de escoamento; medição e transporte de fluidos (tubo pitot, venturi e placa de orifício); curvas características de bombas e ponto de trabalho; cavitação; carga positiva de sucção (NPSH). 7. Transferência de Calor: mecanismos de transferência de calor; condução unidimensional em regime permanente; convecção forçada em tubos; radiação; permutadores de calor contracorrente, paralelo e multipasses; coeficiente global e resistência de depósito. 8. Controle de Processos: sistemas de primeira e segunda ordem; função de transferência e diagrama de blocos; respostas transitientes; sistema de controle com retroalimentação; estabilidade de malhas de controle; análise de frequência (diagrama de Bode, margem de ganho e de fase). 9. Cinética e Reatores: conversão; velocidade de reação; lei de Arrhenius; tempo de residência e velocidade espacial; reator em batelada; reator de mistura perfeita (CSTR); reator pistonado (PFR); reator de leito recheado (PBR). 10. Efluentes: caracterização; tratamento primário, secundário e terciário; tecnologias de remediação e sustentabilidade ambiental.

PERFIL 13 - GEOGRAFIA

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1.

Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações). Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar nº 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024. 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e

altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011. **2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental** 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto 336/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). **3. Recursos Naturais e Biodiversidade** 3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais. **4. Poluição e Controle Ambiental.** 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.** 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3 Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. **6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.** 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI). **7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.** 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional. **8. Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.** 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional. **9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.** 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e corregedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL:** 1. Fundamentos da Geografia: conceitos, métodos e técnicas de pesquisa em

Geografia. 2. Geografia Física: climatologia (conceitos, classificações climáticas, mudanças climáticas); geomorfologia (processos formadores do relevo, solos, erosão); biogeografia (distribuição da vegetação e fauna). 3. Hidrografia: ciclo hidrológico; bacias hidrográficas; manejo de recursos hídricos; águas continentais e oceânicas. 4. Cartografia e Geoprocessamento: princípios de cartografia geral e temática; sistemas de informações geográficas (SIG); fotointerpretação e sensoriamento remoto; interpretação de imagens de satélite; topografia. 5. Geografia Humana e Econômica: demografia (teorias populacionais, densidade e distribuição); urbanização (processos, estrutura e dinâmica das cidades); economia regional (setores da economia, desenvolvimento regional); geografia agrícola. 6. Planejamento e Gestão Territorial: ordenamento territorial; zoneamento ambiental; uso e ocupação do solo; planejamento urbano e regional (teorias, modelos, instrumentos e políticas públicas). 7. Gestão e Políticas Ambientais: avaliação de impacto ambiental; legislação ambiental; políticas de sustentabilidade; planejamento ambiental. 8. Aproveitamento Energético no Brasil: fontes de energia; distribuição espacial; novas tecnologias. 9. Elaboração e Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável. 10. Geografia do Brasil: aspectos físicos, econômicos, sociais e ambientais. 11. Geografia do Mato Grosso: Localização e extensão territorial, Biomas, Relevo, Clima, Hidrografia, Vegetação, Economia, Problemas ambientais: avanço da fronteira agrícola, queimadas, desmatamento da Amazônia e pressão sobre o Pantanal.

PERFIL 14 - MEDICINA VETERINÁRIA

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1.

Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações). Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar nº 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal Nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024. 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e

altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011. **2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental** 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto 336/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). **3. Recursos Naturais e Biodiversidade** 3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais. **4. Poluição e Controle Ambiental.** 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.** 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3 Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. **6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.** 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI). **7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.** 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional. **8. Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.** 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional. **9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.** 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e corregedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL: 1. Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública:** 1.1 Conceito de Saúde

Única (*One Health*); 1.2 Epidemiologia e vigilância de zoonoses (raiva, leishmaniose, leptospirose, febre amarela, influenza aviária, febre aftosa, brucelose, tuberculose); 1.3 Biossegurança em fauna silvestre e doméstica; 1.4 Controle populacional de animais domésticos em áreas urbanas e rurais. **2. Defesa Sanitária Animal:** 2.1 Programas oficiais de controle e erradicação de doenças; 2.2 Normas de trânsito e transporte de animais; 2.3 Inspeção e fiscalização sanitária em atividades agropecuárias; 2.4 Protocolos de vacinação e medidas de contenção de surtos. **3. Fauna Silvestre e Conservação:** 3.1 Manejo, resgate e reabilitação de animais silvestres; 3.2 Centros de triagem e reabilitação de fauna (CETAS); 3.3 Bem-estar animal aplicado à fauna silvestre e doméstica; 3.4 Tráfico de animais e impactos sanitários. **4. Inspeção e Produtos de Origem Animal:** 4.1 Higiene e tecnologia de produtos de origem animal; 4.2 Inspeção sanitária em abatedouros e frigoríficos; 4.3 Fiscalização de pescado e produtos de origem aquática; 4.4 Relação entre inspeção e proteção ambiental. **5. Ecotoxicologia e Saúde Ambiental:** 5.1 Impactos de poluentes e resíduos sobre a saúde animal; 5.2 Monitoramento de fauna como bioindicadores ambientais; 5.3 Riscos ocupacionais e ambientais para profissionais de campo. **6. Ética e Legislação Veterinária:** 6.1 Código de Ética do Médico Veterinário; 6.2 Responsabilidade técnica em empreendimentos agropecuários e ambientais; 6.3 Normas do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (CFMV/CRMVs).

PERFIL 15 - TURISMO**I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis): 1. Legislação e Fundamentos de Política, Governança e Gestão Ambiental**

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações. Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 225. 1.2 Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar n. 38/1995 e suas alterações. 1.3 Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 1.4 Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal Nº 8.437/2015. 1.5 Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 1.6 Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. 1.7 Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 1.8 Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/ 2007 e suas alterações. 1.9 Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 1.10 Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 1.11 Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 1.12 Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 1.13 Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 1.14 Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 1.15 Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 1.16 Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 1.17 Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 1.18 Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 1.19 Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 1.20 Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 1.21 Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações. 1.22 Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 1.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024). 1.24 Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 1.25 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 1.26 Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 1.27 Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 1.28 Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 1.29 Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 1.30 Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 1.31 Decreto Estadual nº 1.031/2017 -

Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 1.32 Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 1.33 Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 1.34 Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 1.35 Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 1.36 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 1.37 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011. **2. Licenciamento e Fiscalização Ambiental** 2.1 Procedimentos para o licenciamento ambiental. 2.2 EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. 2.3 Processo de licenciamento ambiental: tipos de licenciamento, audiência pública, compensação ambiental, atendimento de condicionantes. 2.4 Outros estudos ambientais: RAS - Relatório Ambiental Simplificado, PCA - Plano de Controle Ambiental, RCA - Relatório de Controle Ambiental, PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. 2.5 Decreto 336/2007 - Regulamenta a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos. 2.6 Fiscalização de atividades poluidoras e degradadoras. Coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos. 2.7 Sistemas de drenagem urbana (macro drenagem e micro drenagem). 2.8 Medidas compensatórias e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.9 Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 2.10 Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 2.11 Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). **3. Recursos Naturais e Biodiversidade** 3.1 Gestão de florestas e vegetação nativa. 3.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental. 3.3 Unidades de Conservação: criação, administração e fiscalização. 3.4 Conservação da fauna e flora. 3.5 Uso sustentável dos recursos naturais. **4. Poluição e Controle Ambiental.** 4.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 4.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 4.3 Efluentes domésticos e industriais. 4.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 4.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 4.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 4.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 4.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 4.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **5. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.** 5.1 Mudanças climáticas: causas e impactos. 5.2 Instrumentos econômicos e de mercado para redução de emissões. 5.3 Políticas públicas de proteção do clima. 5.4 Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 5.5. Impactos socioambientais de empreendimentos. 5.6. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 5.7. Economia circular. 5.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. **6. Análise, Avaliação e Gerenciamento de Riscos.** 6.1 Inspeção de segurança. 6.2 Noções sobre técnicas de estudo de riscos. 6.3 Plano de gerenciamento de riscos. 6.4 Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (Gestão de riscos - Diretrizes). 6.5 Resolução CONAMA 398/2008 (Plano de Emergência Individual - PEI). **7. Planejamento, Orçamento e Gestão Pública.** 7.1 Planejamento estratégico e setorial em órgãos ambientais (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA - Lei Orçamentária Anual), PTA - Plano de Trabalho Anual, RAG - Relatório Anual de Gestão). 7.2 Normas sobre planejamento e orçamento público - Constituição Federal de 1988, arts. 165 a 169. 7.3 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 7.4 Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos - Lei nº 4.320/1964, seus anexos e suas alterações. 7.5 Administração financeira e contabilidade pública. 7.6 Gestão de convênios, contratos e parcerias. 7.7 Indicadores de desempenho e relatórios gerenciais. 7.8 Governança corporativa e modernização institucional. **8. Pesquisa, Estatística e Informação Ambiental.** 8.1 Métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. 8.2 Inventários, censos e diagnósticos ambientais. 8.3 Sistemas de informação ambiental e geoprocessamento. 8.4 Estatística aplicada. 8.5 Inteligência e comunicação institucional. **9. Ética, Ouvidoria e Relações Institucionais.** 9.1 Ética no serviço público. 9.2 Atividades de ouvidoria e corregedoria. 9.3 Relações de trabalho e ética institucional. 9.4 Representação institucional em órgãos nacionais e internacionais. 9.5 Atendimento ao cidadão e participação social. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL: 1. Fundamentos do Turismo e Sustentabilidade:** 1.1 Conceitos de turismo, lazer e hospitalidade; 1.2 Turismo sustentável e ecoturismo; 1.3 Relação entre turismo e meio ambiente; 1.4 Indicadores de sustentabilidade

aplicados ao turismo. **2. Planejamento e Gestão de Atividades Turísticas:** 2.1 Planejamento turístico em áreas naturais e unidades de conservação; 2.2 Zoneamento turístico e capacidade de carga; 2.3 Gestão de impactos ambientais e socioculturais; 2.4 Elaboração de projetos e planos de manejo turístico. **3. Patrimônio Natural e Cultural:** 3.1 Inventário turístico de recursos naturais e culturais; 3.2 Conservação e valorização do patrimônio histórico-cultural; 3.3 Turismo de base comunitária e participação social; 3.4 Educação ambiental aplicada ao turismo. **4. Políticas Públicas e Legislação:** 4.1 Política Nacional de Turismo (Lei nº 11.771/2008); 4.2 Diretrizes da Organização Mundial do Turismo (OMT); 4.3 Normas ambientais relacionadas ao turismo em áreas protegidas; 4.4 Instrumentos de gestão pública aplicados ao turismo. **5. Marketing e Desenvolvimento Regional:** 5.1 Marketing turístico e promoção de destinos sustentáveis; 5.2 Identidade territorial e branding de destinos; 5.3 Desenvolvimento regional integrado ao turismo; 5.4 Turismo rural e agroecoturismo. **6. Gestão de Projetos e Eventos Ambientais:** 6.1 Organização de eventos voltados à educação ambiental e ao turismo sustentável; 6.2 Captação de recursos e parcerias público-privadas; 6.3 Relatórios técnicos e pareceres sobre projetos turísticos; 6.4 Monitoramento e avaliação de programas turísticos. **7. Pesquisa e Estatística Aplicada ao Turismo:** 7.1 Métodos de pesquisa em turismo; 7.2 Levantamento de demanda e perfil do visitante; 7.3 Indicadores de desempenho turístico; 7.4 Uso de dados para planejamento e tomada de decisão.

CARGO: ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PERFIL 1 - ADMINISTRAÇÃO

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis, exceto para o perfil de Analista em Tecnologia da Informação): **1. Administração e Gestão Pública** 1.2 Planejamento, organização, direção e controle. 1.3 Gestão de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, motivação e liderança. 1.4 Administração de materiais, patrimônio e serviços. 1.5 Gestão pública: princípios constitucionais, eficiência, transparência e inovação. **2. Poluição e Controle Ambiental.** 2.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 2.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 2.3 Efluentes domésticos e industriais. 2.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 2.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 2.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 2.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 2.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 2.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **3. Economia e Desenvolvimento.** 3.1 Distribuição de renda e PIB, inflação, desemprego, política fiscal e monetária. 3.2 Indicadores sociais e econômicos. 3.3 Desenvolvimento econômico e social: conceitos e políticas públicas. **4. Estatística e Métodos de Pesquisa** 4.1 Estatística descritiva: médias, variância, gráficos e tabelas. 4.2 Probabilidade e distribuições básicas. 4.3 Inferência estatística: amostragem, testes de hipóteses. 4.4 Pesquisa qualitativa e quantitativa em ciências sociais. 4.5 Aplicações em planejamento e avaliação de políticas públicas. **5. Marcos normativos do sistema de direitos humanos.** 5.1 Normas e acordos internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). 5.2 Impactos das políticas de assimilação e dominação. Licenciamento Ambiental de empreendimentos que afetam comunidades quilombolas. Comunidades quilombolas: Formação, organização e contexto atual. História e cultura dos Povos Indígenas no Brasil. Processos históricos de colonização, resistência e contato com sociedades não indígenas. Preservação ambiental e cultural das terras indígenas. Questão indígena e os desafios contemporâneos. Impactos da urbanização, modernização e globalização. Saúde, educação, trabalho e condições de vida das populações indígenas. **6. Projetos, Programas e Políticas Públicas** 6.1 Ciclo de políticas públicas: formulação, implementação, monitoramento e avaliação. 6.2 Gestão de projetos e programas sociais. 6.3 Indicadores de desempenho e impacto. 6.4 Participação social e controle democrático. **7. Clima, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e Climática** 7.1. Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). 7.2. Lei Federal nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). 7.3. Lei Complementar nº 582, de 13 de janeiro de 2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas. 7.4. Lei Federal nº 12.651/2012, Código Florestal Brasileiro. 7.5. Lei Federal nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 7.6. Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 7.7. Desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, consumo consciente e economia circular. 7.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. 7.9. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 7.10. Legislação ambiental: Sisnama, processo de

licenciamento. 7.11. Políticas públicas ambientais: instrumentos de comando e controle, instrumentos fiscais, instrumentos públicos de mercado, eficácia dos instrumentos; 7.12. Responsabilidade socioambiental. 7.13. Conceitos dos principais indicadores sociais e ambientais. 7.14. Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 7.15. Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 7.16. Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 7.17. Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 7.18. Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 7.19. Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 7.20. Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 7.21. Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 7.22. Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 7.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024). **8. Lei Estadual nº 7.692/2002-** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 7.24 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 7.25 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL:** **1. Administração financeira e orçamentária:** Matemática Financeira, Valor do Dinheiro no Tempo, Risco X Retorno, Análise de Investimentos, Alavancagem e Endividamento, Planejamento Financeiro e Orçamentário, Administração do Capital de Giro, Fontes de Financiamento a Longo Prazo. **2. Administração da produção e compras:** Estratégia de Suprimento (Strategic Sourcing); Administração de Compras; Gestão de Estoques: MRP, Ponto de Ressuprimento, Lote Econômico de Compra, Just in Time, Sistema de Rastreamento de Materiais (RFID, Código de Barras e Unique Identification Device); Planejamento e Controle da Produção; Gestão da Cadeia de Suprimentos (Supply Chain Management). **3. Contratação:** Artigos 28 ao 91 da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 (Estatuto Jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias); Artigos 42 ao 49 da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte) e alterações. **4. Gerenciamento de projetos:** Ciclo de Vida, Estrutura analítica de projeto, Estudo de viabilidade técnica e econômica, Gerenciamento das Aquisições do Projeto (PMBok 7ª ed). Metodologias Ágeis. **5. Estratégia empresarial:** Estruturas Organizacionais, Estratégia Organizacional, Ferramentas da Análise Estratégica; Processo de Administração Estratégica; Avaliação do ambiente Externo e das Capacidades da Empresa; Estratégias no Nível do Negócio; Estratégias Corporativas; Implementação, gestão e mensuração das estratégias. **6. Administração mercadológica:** Marketing, Marketing B2B, Marketing de Serviços, Pesquisa de Mercado, Planejamento de Marketing, Estratégias de Marketing, Relacionamento com Clientes, Gestão Comercial, Comportamento do Consumidor, Marca, Mídias digitais, Plataformização. **7. Contabilidade:** Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial, Governança, Compliance e Riscos. **8. Administração de recursos humanos:** Estratégias de RH, Remuneração e Benefícios, Desempenho, Cultura Organizacional, Desenvolvimento de RH, Gestão do Conhecimento, Carreira e Sucessão, Liderança e Equipe. **9. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental:** Gestão Ambiental nas Organizações; Relacionamento com Públicos de Interesse; Modelos e Práticas de Relatórios Ambientais; Indicadores de Gestão Ambiental e ESG.

PERFIL 2 - ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. Segurança da Informação e Privacidade. 1.1 Segurança Cibernética. LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e GDPR. Zero Trust Architecture. Conceitos de Firewall, IDS/IPS e WAF. Análise de Vulnerabilidades e Testes de Penetração (Pentesting). 1.2 Criptografia. Tipos de criptografia: simétrica e assimétrica. Funções hash. Certificados digitais. PKI (Infraestrutura de Chave Pública). 1.3 Gestão de Riscos

e Continuidade de Negócios (BCP/DRP). 2. Desenvolvimento de Software e Metodologias. 2.1 DevOps e DevSecOps. Cultura e princípios (CAMS). CI/CD (Integração Contínua e Entrega Contínua). Ferramentas: Git, Docker e Kubernetes. **2.2 Arquitetura de Software.** Microserviços vs. Arquitetura Monolítica. SOA (Service-Oriented Architecture). APIs (REST e SOAP). Padrões de Projeto de Software. **2.3 Metodologias Ágeis.** Scrum e Kanban. Práticas de eXtreme Programming (XP). **3. Inteligência Artificial (IA) e Dados. 3.1 Inteligência Artificial e Machine Learning.** Aprendizado supervisionado, não supervisionado e por reforço. Deep Learning (redes neurais). Processamento de Linguagem Natural (NLP). Visão Computacional. **3.2 Big Data e Analytics.** Os "Vs" do Big Data (Volume, Velocidade, Variedade, etc.). Sistemas NoSQL. Hadoop. **3.3 Business Intelligence (BI).** ETL (Extract, Transform, Load). Modelagem de dados: dimensional, estrela e floco de neve. **4. Tecnologias Emergentes e Gestão. 4.1 Internet das Coisas (IoT).** Arquitetura: sensores, gateway e nuvem. Edge Computing. **4.2 Blockchain e Criptoativos.** Conceito de ledger distribuído. Mecanismos de consenso. **4.3 Gestão de Serviços de TI (ITSM).** ITIL (Information Technology Infrastructure Library). Gerenciamento de incidentes, problemas, mudanças e configurações. **4.4 Governança de TI.** COBIT (Control Objectives for Information and Related Technologies). Alinhamento estratégico de TI com o negócio. **5. Fundamentos Essenciais e Lógica. 5.1 Estrutura de Dados e Algoritmos.** Algoritmos de busca e ordenação (ex.: Bubble Sort, Quick Sort). Estruturas de dados: listas, pilhas, filas, árvores (AVL, B+), tabelas hash. Análise de complexidade de algoritmos (notação O(n)). **5.2 Sistemas Operacionais.** Gerenciamento de processos, memória e escalonamento. Fundamentos de Linux (comandos básicos). Windows Server: Active Directory, DNS e DHCP. Sistemas de arquivos. **5.3 Lógica de Programação e Linguagens.** Programação Orientada a Objetos (POO): encapsulamento, herança e polimorfismo. Linguagens com maior incidência em concursos: Python e Java. Sintaxe. Estruturas de controle. **5.4 Banco de Dados.** Modelagem de dados: Modelo Entidade-Relacionamento e normalização. Linguagem SQL: DDL, DML e DCL. Transações e propriedades ACID. **5.5 Experiência do Usuário (UX/UI).** Design Centrado no Usuário (UCD). Usabilidade e acessibilidade. Prototipação e testes.

PERFIL 3 - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis, exceto para o perfil de Analista em Tecnologia da Informação): 1. Administração e Gestão Pública 1.2 Planejamento, organização, direção e controle. 1.3 Gestão de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, motivação e liderança. 1.4 Administração de materiais, patrimônio e serviços. 1.5 Gestão pública: princípios constitucionais, eficiência, transparência e inovação. **2. Poluição e Controle Ambiental.** 2.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 2.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 2.3 Efluentes domésticos e industriais. 2.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 2.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 2.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 2.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 2.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 2.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **3. Economia e Desenvolvimento.** 3.1 Distribuição de renda e PIB, inflação, desemprego, política fiscal e monetária. 3.2 Indicadores sociais e econômicos. 3.3 Desenvolvimento econômico e social: conceitos e políticas públicas. **4. Estatística e Métodos de Pesquisa** 4.1 Estatística descritiva: médias, variância, gráficos e tabelas. 4.2 Probabilidade e distribuições básicas. 4.3 Inferência estatística: amostragem, testes de hipóteses. 4.4 Pesquisa qualitativa e quantitativa em ciências sociais. 4.5 Aplicações em planejamento e avaliação de políticas públicas. 4.6 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. **5. Marcos normativos do sistema de direitos humanos.** 5.1 Normas e acordos internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). 5.2 Impactos das políticas de assimilação e dominação. Licenciamento Ambiental de empreendimentos que afetam comunidades quilombolas. Comunidades quilombolas: Formação, organização e contexto atual. História e cultura dos Povos Indígenas no Brasil. Processos históricos de colonização, resistência e contato com sociedades não indígenas. Preservação ambiental e cultural das terras indígenas. Questão indígena e os desafios contemporâneos. Impactos da urbanização, modernização e globalização. Saúde, educação, trabalho e condições de vida das populações indígenas. **6. Projetos, Programas e Políticas Públicas** 6.1 Ciclo de políticas públicas: formulação, implementação, monitoramento e avaliação. 6.2 Gestão de projetos e programas sociais. 6.3 Indicadores de desempenho e impacto. 6.4 Participação social e controle democrático. **7. Clima, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e Climática** 7.1. Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do

Meio Ambiente (PNMA). 7.2. Lei Federal nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). 7.3. Lei Complementar nº 582, de 13 de janeiro de 2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas. 7.4. Lei Federal nº 12.651/2012, Código Florestal Brasileiro. 7.5. Lei Federal nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 7.6. Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 7.7. Desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, consumo consciente e economia circular. 7.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. 7.9. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 7.10. Legislação ambiental: Sisnama, processo de licenciamento. 7.11. Políticas públicas ambientais: instrumentos de comando e controle, instrumentos fiscais, instrumentos públicos de mercado, eficácia dos instrumentos; 7.12. Responsabilidade socioambiental. 7.13. Conceitos dos principais indicadores sociais e ambientais. 7.14. Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 7.15. Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 7.16. Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 7.17. Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 7.18. Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 7.19. Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 7.20. Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 7.21. Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 7.22. Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 7.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024). 8. Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL: 1. Contabilidade geral e societária:** Conteúdo, classificação e critérios de avaliação de Disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa). Conteúdo, classificação e critérios de avaliação de estoques. Despesas antecipadas: conceito, conteúdo, classificação e critérios de avaliação. Conceitos gerais, avaliação, reconhecimento, mensuração e conteúdo do passivo. Fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações. Importações e exportações (noções básicas). Empréstimos e financiamentos, debêntures e outros títulos de dívida. Patrimônio Líquido. Capital Social. Reservas de capital. Ajustes de avaliação patrimonial. Reservas de lucros. Ações em tesouraria. Prejuízos acumulados. Dividendos. Juros sobre o Capital Próprio. Avaliação e contabilização de investimentos societários no país e no exterior. Reconhecimento de ágio e deságio em subscrição de capital. Destinação de resultado. Avaliação e contabilização de investimentos societários no país e no exterior. Reconhecimento de ágio e deságio em subscrição de capital. Normas (Pronunciamentos, orientações e interpretações) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (até a data de publicação do edital). Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Apresentação das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado Abrangente. Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto e Indireto). Demonstração do Valor Adicionado. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Notas explicativas. Depreciação, exaustão e amortização. Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Ativo Intangível. Transações entre partes relacionadas. Arrendamentos. Subvenção e Assistência Governamentais. Contratos de Seguro. Ajuste a Valor Presente. Combinação de Negócios. Operações com joint-ventures. Estoques. Custos de Empréstimos. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Evento Subsequente. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativo Imobilizado. Propriedade para Investimento. Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Tributos sobre o Lucro. Benefícios a Empregados. Demonstrações Consolidadas.

Mensuração do Valor Justo. Receita de Contrato com Cliente. Reconhecimento, mensuração e evidênciação de instrumentos financeiros. Contratos de Concessão. Análise econômico-financeira. Indicadores de liquidez. Indicadores de rentabilidade. Indicadores de lucratividade. Indicadores de endividamento. Indicadores de estrutura de capitais. Análise vertical e horizontal. Evidênciação contábil dos aspectos ambientais. Relato Integrado: conceitos e estrutura. **2. Legislação societária:** Lei nº 6.404/1976, com as alterações posteriores e legislação complementar. **3. Auditoria:** Origem, Evolução e Desenvolvimento da Auditoria. Auditoria Interna e Externa: Funções e Diferenças. Controle Interno. Planejamento da Auditoria. Papéis de Trabalho. Procedimentos, técnicas e testes de Auditoria. Amostragem. Evidência de auditoria apropriada e suficiente e risco de auditoria. Controle de qualidade no exercício de auditoria. Relatório e opinião do auditor. Normas e comunicados técnicos de Auditoria (NBC - TA) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade; NBC TI 01 (NBC T 12) - Da Auditoria Interna. Normas Internacionais para o exercício profissional da Auditoria Interna (The IIA). Estrutura Internacional de Práticas Profissionais do Instituto dos Auditores Internos (IPPF/IIA - 2017). **4. Governança, riscos e compliance:** Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (6ª edição), publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC; Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 (Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira); Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013; Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 (Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal); Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010 (Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal). ISO 37000:2021 - Governança de Organizações; ISO 37301:2021 - Sistemas de Gestão de Compliance; ISO 37001: 2021 - Sistemas de gestão antissuborno; ISO 31000:2018 - Gestão de Riscos. Internal Control - Integrated Framework (COSO-IC/COSO I) publicado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO; COSO - ERM (COSO 2017) - Integrating with Strategy and Performance; Lei Sarbanes Oxley (Seção 404); Foreign Corrupt Practices (FCPA); UK Bribery Act 2010. **5. Tributos:** Conhecimentos básicos. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição social sobre o lucro. Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Participações governamentais. Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. Legislação do ISS. Contribuição Previdenciária (legislação, alíquotas, base de cálculo e apuração). Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023. Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. **6. Sistema público de escrituração digital - SPED CONTÁBIL E FISCAL.** Legislação aplicável. Objetivos. Implicações. Pessoas jurídicas obrigadas. Usuários das Informações. Livros abrangidos. Plano de Contas Referencial. Prazos. Escrituração contábil digital (ECD). **7. Noções de orçamento empresarial:** Modelo conceitual de planejamento integrado. Orçamento econômico e financeiro. Planejamento e revisões orçamentárias. Considerações sobre índices e cenários macroeconômicos. Projeções de lucro e de fluxos de caixa. Orçamento operacional e de investimento. Controle orçamentário (por centro de responsabilidade e programa). Realização e variações orçamentárias. Orçamento base zero. **8. Administração de produção e compras:** estratégia de suprimento; técnicas de negociação; gestão de estoques: MRP, ponto de ressuprimento, lote econômico de compras, *just in time*, sistema de rastreamento de materiais - RFID, código de barras e unique identification device. **9. Contabilidade de custos e gerencial:** Terminologia de custos. Custos para avaliação de estoques. Classificação de custos. Comportamento dos custos. Diferentes tipos de custeio (absorção, custeio direto e custeio baseado em atividades - ABC). Custeio por ordem e por processo. Custos da produção conjunta. Departamentalização. Margem de contribuição e limitações da capacidade de produção. Fixação do preço de venda e a decisão de comprar ou produzir. Custos controláveis e custos estimados. Custo padrão e análise das variações. Mensuração e avaliação de desempenho: EVA e ROI. Preço interno de transferência. Relatório por segmento de negócios. **10. Administração financeira:** Matemática financeira. Análise de Investimentos (fluxo de caixa descontado, *payback*, VPL, TIR). Estrutura de capital. Custo de capital (taxa mínima de atratividade, custo médio ponderado de capital - WACC e modelo de precificação de ativos - CAPM). Captação de recursos próprios e de terceiros de longo prazo. Risco, retorno e custo de oportunidade. Capital de giro (natureza e financiamento). Alavancagem financeira. Avaliação de Empresas e metodologia de avaliação (métodos de múltiplos de mercado, fluxo de caixa descontado, taxa de crescimento, perpetuidade e valor de mercado). Crescimento empresarial e políticas de dividendos. *Discounted dividend model* (DDM). **11. Gestão e avaliação de projetos:** Ciclo de vida. Estrutura analítica de projeto. Estudo de viabilidade técnica e econômica.

PERFIL 4 - COMUNICAÇÃO SOCIAL / PUBLICIDADE E PROPAGANDA
I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis, exceto para o perfil de Analista em Tecnologia da Informação): **1. Administração e Gestão Pública** 1.2 Planejamento, organização, direção e controle. 1.3 Gestão de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, motivação e liderança. 1.4 Administração de materiais, patrimônio e serviços. 1.5 Gestão pública: princípios constitucionais, eficiência, transparência e inovação. **2. Poluição e Controle Ambiental.** 2.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 2.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 2.3 Efluentes domésticos e industriais. 2.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 2.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 2.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 2.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 2.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 2.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. **3. Economia e Desenvolvimento.** 3.1 Distribuição de renda e PIB, inflação, desemprego, política fiscal e monetária. 3.2 Indicadores sociais e econômicos. 3.3 Desenvolvimento econômico e social: conceitos e políticas públicas. **4. Estatística e Métodos de Pesquisa** 4.1 Estatística descritiva: médias, variância, gráficos e tabelas. 4.2 Probabilidade e distribuições básicas. 4.3 Inferência estatística: amostragem, testes de hipóteses. 4.4 Pesquisa qualitativa e quantitativa em ciências sociais. 4.5 Aplicações em planejamento e avaliação de políticas públicas. 4.6 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. **5. Marcos normativos do sistema de direitos humanos.** 5.1 Normas e acordos internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). 5.2 Impactos das políticas de assimilação e dominação. Licenciamento Ambiental de empreendimentos que afetam comunidades quilombolas. Comunidades quilombolas: Formação, organização e contexto atual. História e cultura dos Povos Indígenas no Brasil. Processos históricos de colonização, resistência e contato com sociedades não indígenas. Preservação ambiental e cultural das terras indígenas. Questão indígena e os desafios contemporâneos. Impactos da urbanização, modernização e globalização. Saúde, educação, trabalho e condições de vida das populações indígenas. **6. Projetos, Programas e Políticas Públicas** 6.1 Ciclo de políticas públicas: formulação, implementação, monitoramento e avaliação. 6.2 Gestão de projetos e programas sociais. 6.3 Indicadores de desempenho e impacto. 6.4 Participação social e controle democrático. **7. Clima, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e Climática** 7.1. Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). 7.2. Lei Federal nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). 7.3. Lei Complementar nº 582, de 13 de janeiro de 2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas. 7.4. Lei Federal nº 12.651/2012, Código Florestal Brasileiro. 7.5. Lei Federal nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 7.6. Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 7.7. Desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, consumo consciente e economia circular. 7.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. 7.9. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 7.10. Legislação ambiental: Sisnama, processo de licenciamento. 7.11. Políticas públicas ambientais: instrumentos de comando e controle, instrumentos fiscais, instrumentos públicos de mercado, eficácia dos instrumentos; 7.12. Responsabilidade socioambiental. 7.13. Conceitos dos principais indicadores sociais e ambientais. 7.14. Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 7.15. Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 7.16. Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 7.17. Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 7.18. Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 7.19. Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 7.20. Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 7.21. Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os

procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento.

7.22. Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 7.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024. 7.24 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 7.25 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011. 8. Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL:

1. Fundamentos da Comunicação: Teorias da Comunicação: escolas, paradigmas e modelos; Comunicação e cultura de massa; Estudos culturais na comunicação; Economia Política da Comunicação; Plataformização; Estudos críticos em inteligência artificial (IA); Ética e legislação na comunicação; Comunicação Pública: conceito, objetivos e aplicação; opinião pública e suas implicações institucionais e políticas.

2. Comunicação Organizacional; Planejamento estratégico da Comunicação; Comunicação integrada ao marketing; Comunicação Corporativa: gestão, imagem, posicionamento.

3. Comunicação digital e os desafios da informação na contemporaneidade; O fenômeno das *fake news*. LLM (*Large Language Models*); agentes de inteligência artificial. Mídias Digitais; Redes sociais (LinkedIn, Facebook, Instagram, TikTok, X), *wikis*, *podcasts*.

4. Publicidade e Propaganda: Teorias da Publicidade; Planejamento Publicitário e Planejamento de Marketing; Comportamento do consumidor e segmentação. Publicidade e culturas urbanas; Publicidade social e ativismo. Posicionamento na propaganda; Marca: conceito de marca, gerenciamento de marca, agregação de valor e consolidação de imagem. Pesquisa de opinião pública. Branding. Conceito de criação; Criação e Direção de Arte; Design; Atendimento; Mídia; Redação Publicitária; Técnicas de produção de campanhas de propaganda e peças publicitárias; Comunicação visual para a criação publicitária: domínio instrumental; Produção Gráfica; Produção de Rádio, TV e Cinema; Produção Digital; Pesquisa de Imagem, Opinião e Mercado; Pesquisa de Mídia; Métricas de avaliação na publicidade digital. Promoção e Merchandising; Legislação e Ética em Comunicação, Publicidade e Propaganda; Marketing Cultural e Esportivo.

5. Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa: Evolução do conceito de sustentabilidade; Gestão ambiental nas organizações; Indicadores de sustentabilidade; Negócios circulares e de impacto socioambiental; Responsabilidade Social Corporativa: normas, modelos e ferramentas; Certificações, selos e balanço socioambiental; Marketing verde e consumo sustentável.

PERFIL 5 - DIREITO

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis, exceto para o perfil de Analista em Tecnologia da Informação):

1. Administração e Gestão Pública

1.2 Planejamento, organização, direção e controle. 1.3 Gestão de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, motivação e liderança. 1.4 Administração de materiais, patrimônio e serviços. 1.5 Gestão pública: princípios constitucionais, eficiência, transparência e inovação.

2. Poluição e Controle Ambiental.

2.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 2.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 2.3 Efluentes domésticos e industriais. 2.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 2.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 2.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 2.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 2.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 2.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas.

3. Economia e Desenvolvimento.

3.1 Distribuição de renda e PIB, inflação, desemprego, política fiscal e monetária. 3.2 Indicadores sociais e econômicos. 3.3 Desenvolvimento econômico e social: conceitos e políticas públicas.

4. Estatística e Métodos de Pesquisa

4.1 Estatística descritiva: médias, variância, gráficos e tabelas. 4.2 Probabilidade e distribuições básicas. 4.3 Inferência estatística: amostragem, testes de hipóteses. 4.4 Pesquisa qualitativa e quantitativa em ciências sociais. 4.5 Aplicações em planejamento e avaliação de políticas públicas.

5. Marcos normativos do sistema de direitos humanos.

5.1 Normas e acordos internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). 5.2 Impactos das políticas de assimilação e dominação. Licenciamento Ambiental de empreendimentos que afetam comunidades quilombolas. Comunidades quilombolas: Formação, organização e contexto atual. História e cultura dos Povos Indígenas no Brasil. Processos históricos de colonização, resistência e contato com sociedades não indígenas. Preservação ambiental e cultural das terras indígenas. Questão indígena e os desafios contemporâneos. Impactos da urbanização, modernização e globalização.

Saúde, educação, trabalho e condições de vida das populações indígenas.

6. Projetos, Programas e Políticas Públicas

6.1 Ciclo de políticas públicas: formulação, implementação, monitoramento e avaliação. 6.2 Gestão de projetos e programas sociais. 6.3 Indicadores de desempenho e impacto. 6.4 Participação social e controle democrático.

7. Clima, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e Climática

7.1. Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). 7.2. Lei Federal nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). 7.3. Lei Complementar nº 582, de 13 de janeiro de 2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas. 7.4. Lei Federal nº 12.651/2012, Código Florestal Brasileiro. 7.5. Lei Federal nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 7.6. Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 7.7. Desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, consumo consciente e economia circular. 7.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. 7.9. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 7.10. Legislação ambiental: Sisnama, processo de licenciamento. 7.11. Políticas públicas ambientais: instrumentos de comando e controle, instrumentos fiscais, instrumentos públicos de mercado, eficácia dos instrumentos; 7.12. Responsabilidade socioambiental. 7.13. Conceitos dos principais indicadores sociais e ambientais. 7.14. Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 7.15. Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 7.16. Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 7.17. Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 7.18. Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 7.19. Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 7.20. Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 7.21. Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento.

7.22. Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 7.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024. 7.24 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 7.25 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011. 8. Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Constituição. Conceito. Objeto e Elementos. Poder Constituinte. 1.1. Hermenêutica Constitucional. 2. Controle de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. 3. Organização político-administrativa brasileira: bens e competências. 4. Poder Legislativo. Organização. Funcionamento. 5. Poder Judiciário. Jurisdição. Organização. Órgãos e Competência. 6. Administração Pública. Disposições gerais. Direta e Indireta. Servidores públicos. 7. Ministério Público. Advocacia. Defensoria Pública. 8. Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos e Deveres Individuais, Difusos e Coletivos, Direitos Sociais. 9. Educação. 10. Ciência e Tecnologia.

DIREITO ADMINISTRATIVO:

1. Direito Administrativo. Conceito e objeto. 2. Ato administrativo: conceito, classificação, atributos, elementos, espécies, discricionariedade, vinculação, revogação e anulação. Mérito do ato administrativo. 3. Administração Pública Direta e Indireta. Autarquias e Fundações públicas. Relacionamento Fundações Públicas e Fundações Privadas. 4. Serviço Público: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação. Concessão e autorização dos serviços públicos. 5. Poderes da Administração: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 6. Responsabilidade civil do Estado: Fundamentos. Responsabilidade por ato do servidor. Ação regressiva. 7. Processo Administrativo. Conceito, requisitos, objetivos, fases, princípios. 8. Licitações e Contratos Administrativos: modalidades, regras e nulidades. 9.

Bens Públicos. Regime jurídico dos bens públicos. Classificação dos bens públicos: concessão, permissão e autorização de uso de bens públicos. Alienação de bens públicos. 10. Servidores Públicos: Classificação. Regime jurídico dos servidores públicos federal e estadual. Conceito de cargo, emprego, função pública, provimento e vacância. Acumulação de cargos, empregos públicos e funções públicas. Direitos e vantagens dos servidores públicos. Estabilidade. 11. Organização administrativa: noções gerais. 12. Improbidade administrativa. 13 Lei Estadual nº 7.692/2002 - que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

DIREITO CIVIL: 1. Lei. Eficácia espacial e temporal e princípio da irretroatividade da lei. Revogação, derrogação e abrogação. 2. Pessoas Naturais: modalidades, modificações e direitos. Pessoas Jurídicas: de direito público e privado. 3. Fatos jurídicos. Negócios e atos jurídicos. Definições, espécies, pressupostos de validade, prova, defeitos e invalidades. Modalidades dos negócios jurídicos. Atos ilícitos. Boa-fé objetiva e subjetiva. 4. Prazos: prescrição e decadência. 5. Bens e suas classificações. 6. Obrigações: conceito, modalidades e transmissão. Cláusula penal. Adimplemento, extinção e inadimplemento. 7. Contratos em geral. Disposições gerais e extinção. Espécies de contrato: compra e venda, doação, empréstimo - comodato e mútuo, prestação de serviço, empreitada, locação, depósito, mandato e transação. 8. Registros Públicos. 9. Fundações: pública e privadas. Legislação. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** 1. Das normas processuais civis e sua aplicação. Os princípios informadores do processo civil. 2. Da jurisdição. Ação (conceito, natureza jurídica, classificação). Limites da jurisdição nacional e cooperação internacional. Da organização do Judiciário. Equivalentes jurisdicionais. Métodos Adequados de Solução dos Conflitos: conciliação, negociação, mediação e arbitragem pública e privada. 3. Da competência (disposições gerais, modificação da competência e da incompetência). Da cooperação nacional e internacional. Da competência da justiça federal. Competência internacional. 4. Dos sujeitos do processo. Das partes e dos seus procuradores. Do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Do juiz e dos auxiliares da justiça. Do Ministério Público, da Advocacia Pública e Privada e da Defensoria Pública. 5. Dos atos processuais. Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais. Da comunicação dos atos processuais. Das nulidades. Da distribuição e do registro. Citação. Intimação. 6. Da tutela provisória. Tutelas de urgência e da evidência. 7. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. Flexibilização procedimental. Convenções processuais. 8. Do processo de conhecimento. Do procedimento comum. Disposições gerais. Petição inicial. Da improcedência liminar do pedido. Litispendência, conexão e continência. Da audiência de conciliação e mediação. Da contestação e da reconvenção. Da revelia e do julgamento conforme o estado do processo. Da audiência de instrução e julgamento. Das provas. Da sentença e da coisa julgada. 9. Do cumprimento de sentença. Cumprimento provisório. Cumprimento definitivo de sentença (obrigação de pagar quantia certa, obrigação de fazer, não fazer e de entregar coisa). Cumprimento de sentença e a fazenda pública. Impugnação. A inexigibilidade das sentenças judiciais. 10. Dos procedimentos especiais no CPC. Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e da demarcação de terras particulares. Ação discriminatória. Embargos de terceiro. Ações de direito de família de competência da Justiça Federal. Oposição. Habilitação. Ação Monitoria. Homologação do penhor legal. Restauração de autos. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Notificação e interpelação. Alienação judicial. Dos procedimentos especiais em legislação extravagante: mandado de segurança individual e coletivo, suspensão de liminar e de segurança, habeas data e mandado de injunção, alienação fiduciária de bens móveis e imóveis. 11. Do processo de execução. Da execução em geral. Das diversas espécies de execução. Desconsideração da personalidade jurídica na execução. Da execução para entrega de coisa. Da execução das obrigações de fazer ou de não fazer. Da execução por quantia certa. Da execução contra a Fazenda Pública. Da execução fiscal. Dos embargos à execução. Extinção do processo de execução. Exceção de pré-executividade. Prescrição intercorrente. 12. Do precedente. Da ordem dos processos no tribunal. Incidente de assunção de competência. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Conflito de competência. Homologação de decisão estrangeira e da concessão do exequatur à carta rogatória. Ação rescisória. Reclamação. 13. Recursos. Disposições gerais. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo interno. Embargos de declaração. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça (recurso ordinário, recurso extraordinário e recurso especial). Recursos repetitivos. Repetição geral. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário. Agravo interno. Embargos de divergência. 14. Dos juizados especiais. Princípios informadores. Juizados Especiais Federais: competência, procedimento e recursos. 15. Ações coletivas. Inquérito civil. Legitimidade ativa. Competência. Coisa julgada. Execução e cumprimento de sentença. Regras procedimentais aplicáveis. Termo de Ajustamento de Conduta e singularidades na conciliação nas ações coletivas. Recomendações exaradas por membros do Ministério Público. 16. O CPC e o direito intertemporal. 17. Ação de desapropriação. 18. Ação civil pública. 19. Mandado de segurança, individual e coletivo. **DIREITO AMBIENTAL** 1.

Fundamentos Constitucionais: Constituição Federal de 1988 - art. 225 (direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado). Competências da União, Estados e Municípios (arts. 23, 24 e 30). Função social da propriedade (arts. 5º, XXIII; 170, III; 186). 2. Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações. 3. Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar nº 38/1995 e suas alterações. 4. Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011. 5. Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal Nº 8.437/2015. 6. Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. 7. Infrações e sanções administrativas ao meio ambiente - Decreto Federal nº 6.514/2008. 8. Processo administrativo estadual de apuração das infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente - Decreto Estadual nº 1.436/2022. 9. Conciliação Ambiental no âmbito da SEMA - Núcleo de Conciliação Ambiental (NUCAM-MT) - Instrução Normativa, nº 02/2023. 10. Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações. Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações 11. Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações. 12. Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 13. Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações. 14. Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/2011. 15. Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações. 16. Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA). 17. Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental). 18. Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas). 19. Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações. 20. Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações. 21. Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025. 22. Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações. 23. Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024. 24. Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações 25. Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014. 26. Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações. 27. Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.114/2009 e suas alterações. 28. Consolidação de atos normativos sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional sobre Mudança do Clima - Decreto Federal nº 9.578/2018. 29. Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017. 30. Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024). 31. Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/ 2007 e suas alterações. 32. Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020. 33. Normas Complementares e Internacionais: Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - Decreto nº 5.472/2005. Acordo de Paris sobre a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - Decreto nº 9.073/2017. Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, conhecida como Convenção de Ramsar - Decreto nº 1.905/1996. Convenção sobre Diversidade Biológica - Decreto nº 2.519/1998. 34. Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações. 35. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações. 36. Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. 37. Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 38. Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011

PERFIL 6 - ECONOMIA

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis, exceto para o perfil de Analista em Tecnologia da Informação): 1. **Administração e Gestão Pública** 1.2 Planejamento, organização, direção e controle. 1.3 Gestão de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, motivação e liderança. 1.4 Administração de materiais, patrimônio e serviços. 1.5 Gestão pública: princípios constitucionais, eficiência, transparência e inovação. 2. **Poliuição e Controle Ambiental.** 2.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 2.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 2.3 Efluentes domésticos e industriais. 2.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 2.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 2.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 2.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 2.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 2.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. 3. **Economia e Desenvolvimento.** 3.1 Distribuição de renda e PIB, inflação,

desemprego, política fiscal e monetária. 3.2 Indicadores sociais e econômicos. 3.3 Desenvolvimento econômico e social: conceitos e políticas públicas. **4. Estatística e Métodos de Pesquisa** 4.1 Estatística descritiva: médias, variância, gráficos e tabelas. 4.2 Probabilidade e distribuições básicas. 4.3 Inferência estatística: amostragem, testes de hipóteses. 4.4 Pesquisa qualitativa e quantitativa em ciências sociais. 4.5 Aplicações em planejamento e avaliação de políticas públicas. **5. Marcos normativos do sistema de direitos humanos.** 5.1 Normas e acordos internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). 5.2 Impactos das políticas de assimilação e dominação. Licenciamento Ambiental de empreendimentos que afetam comunidades quilombolas. Comunidades quilombolas: Formação, organização e contexto atual. História e cultura dos Povos Indígenas no Brasil. Processos históricos de colonização, resistência e contato com sociedades não indígenas. Preservação ambiental e cultural das terras indígenas. Questão indígena e os desafios contemporâneos. Impactos da urbanização, modernização e globalização. Saúde, educação, trabalho e condições de vida das populações indígenas. **6. Projetos, Programas e Políticas Públicas** 6.1 Ciclo de políticas públicas: formulação, implementação, monitoramento e avaliação. 6.2 Gestão de projetos e programas sociais. 6.3 Indicadores de desempenho e impacto. 6.4 Participação social e controle democrático. **7. Clima, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e Climática** 7.1. Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). 7.2. Lei Federal nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). 7.3. Lei Complementar nº 582, de 13 de janeiro de 2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas. 7.4. Lei Federal nº 12.651/2012, Código Florestal Brasileiro. 7.5. Lei Federal nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações 7.6. Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 7.7. Desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, consumo consciente e economia circular. 7.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. 7.9. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 7.10. Legislação ambiental: Sisnama, processo de licenciamento. 7.11. Políticas públicas ambientais: instrumentos de comando e controle, instrumentos fiscais, instrumentos públicos de mercado, eficácia dos instrumentos; 7.12. Responsabilidade socioambiental. 7.13. Conceitos dos principais indicadores sociais e ambientais. 7.14. Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 7.15. Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 7.16. Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 7.17. Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 7.18. Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 7.19. Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 7.20. Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 7.21. Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 7.22. Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 7.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024). 7.24 Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 7.25 Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011. 8. Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL: 1. Microeconomia:** Teoria do consumidor: preferências, utilidade, restrição orçamentária; elasticidade-preço e elasticidade-renda da demanda; tipos de bens. Teoria da Firma: função de produção, custos, receita e maximização de lucro. Estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio, concorrência monopolista e oligopólio; determinação de preço e quantidade em diferentes estruturas. Equilíbrio geral: interdependência dos mercados e condições de equilíbrio simultâneo. Economia do bem-estar: eficiência de Pareto, excedente do consumidor e do produtor. Externalidades e bens públicos. Incerteza e economia da informação. Teoria dos jogos. Economia Industrial:

conceitos básicos (firma, indústria e mercados), elementos de estrutura de mercados (diferenciação de produtos, barreiras à entrada, economias de escala e de escopo, inovação); padrões de concorrência e estratégias empresariais, regulação dos mercados, política industrial. **2. Macroeconomia:** Contabilidade nacional. Sistema monetário. Principais modelos macroeconômicos: clássico, keynesiano, IS-LM, Mundell-Fleming, oferta agregada e demanda agregada. Ciclos econômicos, inflação e desemprego: curva de Philips. Expectativas adaptativas e racionais, teoria dos novos keynesianos, dos ciclos reais, teoria dos monetaristas. Política fiscal e política monetária: restrição orçamentária, déficit público e dívida pública. Equivalência Ricardiana. Objetivos e instrumentos de política monetária. Regras e discricção. Regime de metas de inflação. Economia aberta: arranjos de câmbio. Paridade do poder de compra. Paridade de juros. Políticas macroeconômicas e determinação da renda em economias fechadas e abertas sob diferentes regimes cambiais. Teoria do crescimento. Teoria do consumo e do investimento. Modelos de crescimento endógeno e exógeno. **3. Avaliações econômicas de projetos:** Conceito de projeto de investimento. Importância, características e limitações da elaboração e análise de projetos. Etapas na elaboração de projetos. Metodologias de avaliação e seleção de projetos. Taxa mínima de atratividade. Parâmetros para análise de projetos (vida econômica, depreciação, valor residual, capital de giro). Indicadores econômicos de projetos e sua utilização para tomada de decisão: VPL, TIR, payback. Análise de sensibilidade e cenários. Incorporação da análise de risco e incerteza na avaliação e seleção de projetos. Análise de projetos sociais. Modelagem de estrutura a termo de taxa de juros, duration e prazo médio. Noções de administração de risco de mercado (VAR). **4. Contabilidade empresarial:** Noções básicas de contabilidade. Análise das demonstrações contábeis: demonstrações contábeis (balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de origens e aplicações de recursos, demonstração do fluxo de caixa), indicadores (liquidez, endividamento, atividade e rentabilidade). Orçamento. Centro de lucro e preço de transferências. **5. Administração financeira:** Conceitos básicos de administração financeira. Finanças corporativas: índices de endividamento, fontes de financiamento, estrutura de capital, fusões, aquisições e vendas de empresas. Princípios gerais de alavancagem operacional e financeira. Planejamento financeiro de curto prazo: administração do capital de giro, administração de disponibilidades, administração de relacionamento com instituições financeiras, administração de contas a receber e contas a pagar. Planejamento financeiro de longo prazo. Mercado financeiro: conceitos básicos de operações e instrumentos do mercado financeiro. Ações, bonds, debêntures, BDRs, derivativos e operações de câmbio. Estratégias de investimentos. Análise de riscos. Valuation: análise de valor de uma empresa, valor intrínseco, riscos, estrutura de capital e custo do capital, estimativa de fluxo de caixa, estimativa de crescimento, valor patrimonial, valor e relativo e múltiplos. **6. Economia e comércio internacionais:** Balanço de pagamentos. Comércio exterior. Teorias sobre comércio internacional. Sistema financeiro internacional - instituições e organismos financeiros internacionais. Sarbanes-Oxley. Integração regional. Investimento externo direto. Acordo de Basileia. Instrumentos de política comercial: tarifas, subsídios e cotas. Globalização e comércio internacional. Política industrial. Vantagens comparativas. ESG (*environment, social and governance*). A trajetória recente da economia internacional. **7. Economia brasileira contemporânea:** Origens da Industrialização Brasileira: Início da industrialização no Brasil; fatores internos e externos que favoreceram o processo. Período Entre Guerras (1914-1930): industrialização restrita; crescimento e estagnação na década de 1920; impactos da Crise de 1929 na economia brasileira. Economia Brasileira de 1930 a 1945: políticas do governo Vargas e avanço da industrialização; papel do Estado e do setor público no processo de desenvolvimento. Pós-Guerra e Substituição de Importações (1945-1964): expansão industrial no segundo pós-guerra; estratégia de substituição de importações; debate entre industrialização e estabilização econômica. Regime Militar e Expansão Econômica (1964-1979): reformas institucionais pós-1964; "Milagre econômico" (1968-1973); crise externa da década de 1970 e o Segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Década de 1980: choques externos e endividamento; inflação elevada e tentativas de estabilização; políticas de ajustamento estrutural. Abertura e reformas econômicas (anos 1990): abertura comercial e financeira; redefinição do papel do Estado na economia; políticas de estabilização e o Plano Real. Economia Brasileira Contemporânea.

PERFIL 7 - PSICOLOGIA

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis, exceto para o perfil de Analista em Tecnologia da Informação): **1. Administração e Gestão Pública** 1.2 Planejamento, organização, direção e controle. 1.3 Gestão de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, motivação e liderança. 1.4 Administração de materiais, patrimônio e serviços. 1.5 Gestão pública: princípios constitucionais, eficiência, transparência e inovação. **2. Poluição e Controle Ambiental.** 2.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 2.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 2.3 Efluentes

domésticos e industriais. 2.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 2.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 2.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 2.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 2.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 2.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. 3. **Economia e Desenvolvimento.** 3.1 Distribuição de renda e PIB, inflação, desemprego, política fiscal e monetária. 3.2 Indicadores sociais e econômicos. 3.3 Desenvolvimento econômico e social: conceitos e políticas públicas. 4. **Estatística e Métodos de Pesquisa** 4.1 Estatística descritiva: médias, variância, gráficos e tabelas. 4.2 Probabilidade e distribuições básicas. 4.3 Inferência estatística: amostragem, testes de hipóteses. 4.4 Pesquisa qualitativa e quantitativa em ciências sociais. 4.5 Aplicações em planejamento e avaliação de políticas públicas. 5. **Marcos normativos do sistema de direitos humanos.** 5.1 Normas e acordos internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). 5.2 Impactos das políticas de assimilação e dominação. Licenciamento Ambiental de empreendimentos que afetam comunidades quilombolas. Comunidades quilombolas: Formação, organização e contexto atual. História e cultura dos Povos Indígenas no Brasil. Processos históricos de colonização, resistência e contato com sociedades não indígenas. Preservação ambiental e cultural das terras indígenas. Questão indígena e os desafios contemporâneos. Impactos da urbanização, modernização e globalização. Saúde, educação, trabalho e condições de vida das populações indígenas. 6. **Projetos, Programas e Políticas Públicas** 6.1 Ciclo de políticas públicas: formulação, implementação, monitoramento e avaliação. 6.2 Gestão de projetos e programas sociais. 6.3 Indicadores de desempenho e impacto. 6.4 Participação social e controle democrático. 7. **Clima, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e Climática** 7.1. Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). 7.2. Lei Federal nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). 7.3. Lei Complementar nº 582, de 13 de janeiro de 2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas. 7.4. Lei Federal nº 12.651/2012, Código Florestal Brasileiro. 7.5. Lei Federal nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 7.6. Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 7.7. Desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, consumo consciente e economia circular. 7.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. 7.9. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 7.10. Legislação ambiental: Sisnama, processo de licenciamento. 7.11. Políticas públicas ambientais: instrumentos de comando e controle, instrumentos fiscais, instrumentos públicos de mercado, eficácia dos instrumentos; 7.12. Responsabilidade socioambiental. 7.13. Conceitos dos principais indicadores sociais e ambientais. 7.14. Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 7.15. Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 7.16. Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 7.17. Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 7.18. Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 7.19. Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 7.20. Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 7.21. Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 7.22. Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 7.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024). 8. Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL: 1 Código de Ética profissional do psicólogo. 2. Resoluções do Conselho Federal de Psicologia:** 2.1 Resolução CFP nº 01/1999 (Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual); 2.2 Resolução nº 18/2002 (Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial); 2.3 Resolução

nº 8/2020 (Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero); 2.4 Resolução CFP nº 8/2025 (Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública); 2.5 Resolução nº 6/2019 (Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional); 2.6 Resolução nº 31/2022 (Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI); 2.7 Resolução CFP nº 14/2023 (Avaliação de riscos psicossociais relacionados ao trabalho); 2.8 Resolução CFP nº 09/2024 (Regulamenta o exercício profissional da Psicologia mediado por Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs)). 3. **Psicologia Organizacional:** 3.1 Transformações no mundo do trabalho e mudanças nas organizações; 3.1.1 Gestão de mudanças; 3.2 Gestão estratégica de pessoas; 3.2.1 Gestão por competências; 3.2.2 Gestão de desempenho; 3.3 Gestão de conflitos; 3.4 Análise e desenvolvimento organizacional. 4. **Diagnóstico e intervenção em Psicologia Organizacional:** 4.1 Pesquisa e intervenções nas organizações; 4.2 Processo de Recrutamento e Seleção; 4.3 Processo de desligamento; 4.4 Preparação para aposentadoria; 4.5 Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas; 4.6 Cultura e clima organizacional; 4.7 Motivação no trabalho; 4.8 Tomada de decisão; 4.9 Diversidade e políticas afirmativas nas organizações. 5. **Psicologia Social e Trabalho:** 5.1 Processos Grupais; 5.1.1 Liderança; 5.1.2 Comunicação; 5.1.3 Equipes de Trabalho; 5.2 Modelos de intervenções psicossociais em crise, emergência e catástrofe. 6. **Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador e Saúde Mental relacionada ao Trabalho:** 6.1 Processo saúde-doença; 6.2 Normas Regulamentadoras: NR-1 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR); NR-4 (Serviços especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT); NR-5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA); NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional); NR-17 (Ergonomia); NR-20 (Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis); NR-37 (Segurança e Saúde em Plataformas de Petróleo); 6.3 Lista de Doenças relacionadas ao Trabalho (Portaria GM/MS nº 1.999, de 27 de Novembro de 2023); 6.4 Nexos Causal; 6.5 Atuação da(o) psicóloga(o) junto às equipes multidisciplinares e interdisciplinares; 6.6 Teoria do Estresse; 6.7 Psicopatologia, Ergonomia e Clínicas do Trabalho; 6.8 Violência, discriminação e assédio no ambiente de Trabalho; 6.9 Acidente de trabalho e implicações psicossociais. 6.10 Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho.

PERFIL 8 - SERVIÇO SOCIAL

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis, exceto para o perfil de Analista em Tecnologia da Informação): 1. **Administração e Gestão Pública** 1.2 Planejamento, organização, direção e controle. 1.3 Gestão de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, motivação e liderança. 1.4 Administração de materiais, patrimônio e serviços. 1.5 Gestão pública: princípios constitucionais, eficiência, transparência e inovação. 2. **Poluição e Controle Ambiental.** 2.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 2.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 2.3 Efluentes domésticos e industriais. 2.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 2.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 2.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 2.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 2.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 2.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. 3. **Economia e Desenvolvimento.** 3.1 Distribuição de renda e PIB, inflação, desemprego, política fiscal e monetária. 3.2 Indicadores sociais e econômicos. 3.3 Desenvolvimento econômico e social: conceitos e políticas públicas. 4. **Estatística e Métodos de Pesquisa** 4.1 Estatística descritiva: médias, variância, gráficos e tabelas. 4.2 Probabilidade e distribuições básicas. 4.3 Inferência estatística: amostragem, testes de hipóteses. 4.4 Pesquisa qualitativa e quantitativa em ciências sociais. 4.5 Aplicações em planejamento e avaliação de políticas públicas. 5. **Marcos normativos do sistema de direitos humanos.** 5.1 Normas e acordos internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). 5.2 Impactos das políticas de assimilação e dominação. Licenciamento Ambiental de empreendimentos que afetam comunidades quilombolas. Comunidades quilombolas: Formação, organização e contexto atual. História e cultura dos Povos Indígenas no Brasil. Processos históricos de colonização, resistência e contato com sociedades não indígenas. Preservação ambiental e cultural das terras indígenas, Questão indígena e os desafios contemporâneos. Impactos da urbanização, modernização e globalização. Saúde, educação, trabalho e condições de vida das populações indígenas. 6. **Projetos, Programas e Políticas Públicas** 6.1 Ciclo de políticas públicas: formulação, implementação, monitoramento e avaliação. 6.2 Gestão de projetos e programas sociais. 6.3 Indicadores de desempenho e impacto. 6.4 Participação social e controle democrático. 7. **Clima, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e Climática** 7.1. Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional

do Meio Ambiente (PNMA). 7.2. Lei Federal nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). 7.3. Lei Complementar nº 582, de 13 de janeiro de 2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas. 7.4. Lei Federal nº 12.651/2012, Código Florestal Brasileiro. 7.5. Lei Federal nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 7.6. Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 7.7. Desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, consumo consciente e economia circular. 7.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. 7.9. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 7.10. Legislação ambiental: Sisnama, processo de licenciamento. 7.11. Políticas públicas ambientais: instrumentos de comando e controle, instrumentos fiscais, instrumentos públicos de mercado, eficácia dos instrumentos; 7.12. Responsabilidade socioambiental. 7.13. Conceitos dos principais indicadores sociais e ambientais. 7.14. Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 7.15. Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 7.16. Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 7.17. Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 7.18. Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 7.19. Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 7.20. Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 7.21. Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 7.22. Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 7.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024. 8. Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL:** 1. Processo de produção, reprodução social e o significado sócio-histórico do Serviço Social. 2. A crítica da economia política, o trabalho, as lutas e os movimentos sociais. 3. Formação sócio-histórica do Brasil e a questão social. 4. Constituição e (contra)reforma do Estado brasileiro. 5. Democracia, cidadania e direitos sociais. 6. Seguridade e política social no Brasil. 7. História e fundamentos do Serviço Social. 8. Transformações societárias e o Serviço Social na atualidade. 9. Legislação, ética e projeto profissional do Serviço Social. 10. A sistematização e a dimensão investigativa do trabalho profissional. 11. Políticas de gestão e o Serviço Social nas empresas. 12. A instrumentalidade no Serviço Social e as dimensões do exercício profissional. 13. Estudo, relatório, laudo, parecer orientação e acompanhamento social. 14. Administração e planejamento social. 15. Elaboração de projetos: pesquisa e intervenção. 16. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. 17. Assessoria e consultoria em Serviço Social. 18. Saúde do trabalhador e Serviço Social. 19. Responsabilidade Social Empresarial: conceitos, normas e indicadores. 20. As novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e suas incidências sobre o Serviço Social.

PERFIL 9 - SOCIOLOGIA

I - CONTEÚDOS TRANSVERSAIS (comuns a todos os perfis, exceto para o perfil de Analista em Tecnologia da Informação): 1. **Administração e Gestão Pública** 1.2 Planejamento, organização, direção e controle. 1.3 Gestão de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, motivação e liderança. 1.4 Administração de materiais, patrimônio e serviços. 1.5 Gestão pública: princípios constitucionais, eficiência, transparência e inovação. 2. **Poluição e Controle Ambiental.** 2.1 Poluição atmosférica: fontes e controle. Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar). 2.2 Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico. 2.3 Efluentes domésticos e industriais. 2.4 Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes). 2.5 Poluição do solo e resíduos sólidos. 2.6 Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo). 2.7 Indicadores ambientais e monitoramento. 2.8 Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas. 2.9 Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas. 3. **Economia e Desenvolvimento.** 3.1 Distribuição de renda e PIB, inflação,

desemprego, política fiscal e monetária. 3.2 Indicadores sociais e econômicos. 3.3 Desenvolvimento econômico e social: conceitos e políticas públicas. 4. **Estatística e Métodos de Pesquisa** 4.1 Estatística descritiva: médias, variância, gráficos e tabelas. 4.2 Probabilidade e distribuições básicas. 4.3 Inferência estatística: amostragem, testes de hipóteses. 4.4 Pesquisa qualitativa e quantitativa em ciências sociais. 4.5 Aplicações em planejamento e avaliação de políticas públicas. 5. **Marcos normativos do sistema de direitos humanos.** 5.1 Normas e acordos internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). 5.2 Impactos das políticas de assimilação e dominação. Licenciamento Ambiental de empreendimentos que afetam comunidades quilombolas. Comunidades quilombolas: Formação, organização e contexto atual. História e cultura dos Povos Indígenas no Brasil. Processos históricos de colonização, resistência e contato com sociedades não indígenas. Preservação ambiental e cultural das terras indígenas. Questão indígena e os desafios contemporâneos. Impactos da urbanização, modernização e globalização. Saúde, educação, trabalho e condições de vida das populações indígenas. 6. **Projetos, Programas e Políticas Públicas** 6.1 Ciclo de políticas públicas: formulação, implementação, monitoramento e avaliação. 6.2 Gestão de projetos e programas sociais. 6.3 Indicadores de desempenho e impacto. 6.4 Participação social e controle democrático. 7. **Clima, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e Climática** 7.1. Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). 7.2. Lei Federal nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). 7.3. Lei Complementar nº 582, de 13 de janeiro de 2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas. 7.4. Lei Federal nº 12.651/2012, Código Florestal Brasileiro. 7.5. Lei Federal nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações. 7.6. Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. 7.7. Desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, consumo consciente e economia circular. 7.8. Impactos socioambientais de empreendimentos. 7.9. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 7.10. Legislação ambiental: Sisnama, processo de licenciamento. 7.11. Políticas públicas ambientais: instrumentos de comando e controle, instrumentos fiscais, instrumentos públicos de mercado, eficácia dos instrumentos; 7.12. Responsabilidade socioambiental. 7.13. Conceitos dos principais indicadores sociais e ambientais. 7.14. Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso. 7.15. Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981. 7.16. Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006. 7.17. Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais). 7.18. Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR. 7.19. Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT. 7.20. Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. 7.21. Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. 7.22. Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais. 7.23 Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024. 8. Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. **II - CONTEÚDOS DIRECIONADOS AO PERFIL:** 1. Fundamentos da Sociologia: conceitos básicos; principais teorias sociológicas; métodos de pesquisa em Sociologia; conceitos fundadores (cultura, indivíduo, comunidade e sociedade). 2. Sociologia Clássica e Contemporânea: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber; teorias sociais contemporâneas. 3. Estrutura e Dinâmica Social: classes sociais; estratificação; mobilidade social; desigualdades sociais; dinâmica e mudança social; conflito e movimentos sociais; estrutura social e etnologia brasileira. 4. Sociologia Urbana e Rural: processos de urbanização; dinâmica das cidades; transformações no campo; impactos sociais da expansão agrícola; questão agrária (estrutura fundiária e sociedade rural). 5. Sociologia Ambiental: relação entre meio ambiente e organização social; impactos sociais da degradação ambiental; movimentos sociais ambientais; sustentabilidade e cidadania ecológica. 6. Planejamento e Gestão Territorial:

papel do território; planejamento ambiental e territorial; urbanismo; vocação e uso do solo; zoneamento ambiental; políticas de desenvolvimento sustentável. 7. Políticas Públicas e Direitos Humanos: políticas sociais; Estado de bem-estar social; desenvolvimento agrário; economia do setor público; participação social. 8. Sociologia da Educação e da Cultura: papel da educação ambiental; cultura e diversidade; identidade cultural e multiculturalismo no Brasil; valores sociais e ambientais. 9. Sociologia do Trabalho: relações de trabalho; organização social do trabalho; impactos da modernização e da tecnologia; saúde e segurança ocupacional. 10. Sociologia da População e Demografia: crescimento populacional; transição demográfica; migrações; fecundidade e mortalidade; densidade e distribuição populacional; impactos sobre recursos naturais. 11. Economia e Sociedade: organização geoeconômica no Brasil; distribuição de renda e PIB; equilíbrio entre equidade social e competitividade econômica; desenvolvimento nacional. 12. Estado e Sociedade: papel do Estado; relação entre sociedade civil e poder público.

ANEXO IV - CRONOGRAMA

EVENTOS BÁSICOS	DATAS
Inscrições.	17/09 a 14/10/2026
Solicitação de inscrição com isenção do valor da taxa.	17/09 a 24/09/2026
Resultado individual preliminar dos pedidos de isenção do valor de inscrição.	30/09/2026
Prazo para interposição de eventuais recursos dos candidatos que tiveram a solicitação de isenção do valor de inscrição indeferida.	30/09 a 01/10/2026
Consulta individual à situação final dos candidatos que tiveram a solicitação de isenção do valor de inscrição deferida, após contestação	09/10/2026
Consulta individual à situação preliminar de inscrições deferidas e indeferidas, nas vagas de pessoas negras, nas vagas de pessoas com deficiência e de atendimentos especiais para a realização das provas e nome social.	22/10/2026
Prazo para interposição de eventuais recursos contra o indeferimento da inscrição.	22 e 23/10/2026
Consulta individual à situação final da solicitação de inscrição deferida e indeferidas, nas vagas de pessoas negras, nas vagas de pessoas com deficiência e de atendimentos especiais para a realização das provas e nome social.	30/10/2026
Obtenção impressa do Cartão de Confirmação de Inscrição no endereço eletrônico (www.cesgranrio.org.br).	08/12/2026
Atendimento aos candidatos com dúvidas sobre os locais de provas, vagas reservadas, nome social ou adaptações razoáveis para realização das provas.	08 a 11/12/2026
Aplicação das provas objetivas e da discursiva.	13/12/2026
Divulgação dos gabaritos das provas objetivas.	14/12/2026
Prazo para interposição de eventuais recursos quanto às questões objetivas e/ou aos gabaritos divulgados.	14 e 15/12/2026
Prazo para acerto cadastral, se necessário, no endereço eletrônico da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br).	15/12/2026 a 17/03/2027
Disponibilização da imagem do Cartão-Resposta.	22/01/2027
Divulgação dos resultados das provas objetivas e das notas preliminares da discursiva.	28/01/2027
Vista da prova discursiva e pedido de revisão das notas preliminares da discursiva.	28 e 29/01/2027
Resultado dos pedidos de revisão das notas da discursiva.	16/02/2027
Convocação para o procedimento de heteroidentificação dos candidatos que se autodeclararam negros e para avaliação biopsicossocial dos candidatos que concorrem às vagas reservadas a candidatos com deficiência.	19/02/2027
Procedimento complementar de confirmação de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros (heteroidentificação) e avaliação biopsicossocial dos candidatos que concorrem às vagas reservadas a candidatos com deficiência.	27/02 a 01/03/2027
Divulgação dos resultados preliminares da avaliação da veracidade da autodeclaração prestada por candidatas concorrentes às vagas reservadas a pessoas negras e da avaliação biopsicossocial dos candidatos que concorrem às vagas reservadas a candidatos com deficiência.	16/03/2027
Interposição de eventuais recursos quanto ao resultado da aferição da veracidade da autodeclaração prestada por candidatos concorrentes às vagas reservadas para negros e da avaliação biopsicossocial dos candidatos que concorrem às vagas reservadas a candidatos com deficiência.	16 a 17/03/2027
Previsão de divulgação dos resultados finais.	27/03/2027

* As datas e os períodos estabelecidos no cronograma são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência da SEMA/MT e da Fundação Cesgranrio. Caso haja alteração, esta será previamente comunicada por meio de Edital.

ANEXO V - MODELO DE LAUDO CARACTERIZADOR DE DEFICIÊNCIA

MODELO DE LAUDO PARA A INSCRIÇÃO, PARA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL E PARA A AVALIAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

(candidatos que se declararam com deficiência)

Atesto, para fins de participação em Concurso Público, que o(a) Senhor(a)

_____, portador(a) do documento de identidade nº _____, é enquadrado(a) como pessoa com deficiência, conforme previsto na legislação brasileira por apresentar impedimentos nas funções e estruturas do corpo _____

_____, CID-10 (sendo recomendável sua citação) _____, que resulta(m) no comprometimento das seguintes funções/funcionalidades para a vida diária e para a participação social _____

_____. Informo, ainda, a provável causa do comprometimento (sendo recomendável a sua informação, sempre que conhecida e possível de informar) _____

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo do(a) médico ou profissional de saúde de nível superior (fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo e terapeuta ocupacional), conforme atribuições legais do exercício profissional, com o respectivo registro no Conselho Regional Profissional

ATENÇÃO aos documentos e/ou informações que devem ser adicionados para cada caso.

1) Deficiência auditiva

É necessário enviar também o laudo do exame audiométrico. Deverá apresentar além do Atestado Médico Otorrinolaringológico, exame audiométrico (audiograma), realizado por médico ou fonoaudiólogo que contemple, **no mínimo, as frequências de 500, 1000, 2000, 3000 e 4000, 6000 e 8000Hz.**

2) Deficiência visual Acompanhado de exame oftalmológico com acuidade visual, sem e com a melhor correção ótica, em ambos os olhos, de acordo com a Tabela Snellen. Quando houver alteração de campo visual, esta deverá ser explicitada para **cada olho individualmente, com a melhor correção óptica**, como nos formatos a seguir exemplificados:

... a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica;

... acuidade visual entre 0,3 (20/60) e 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica;

Havendo CAMPIMETRIA VISUAL deverá ter explicitada no Atestado/ Laudo Oftalmológico, a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos, destacando quando o resultado for **igual ou menor que 60°**.

3) Deficiência intelectual

No laudo do especialista emitido por médico ou psicólogo devem estar descritas as limitações associadas às habilidades adaptativas e a idade na qual ocorreu o início dos comprometimentos:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização de recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho.

4) Deficiência mental/psicossocial

I Transtorno do Espectro Autista: O candidato deverá apresentar laudo médico ou laudo caracterizador ou psicólogo, explicitando as seguintes características, associando-as a dados temporais (início e duração de alterações e/ou prejuízos):

- a) capacidade de comunicação e interação social;
- b) reciprocidade social;
- c) qualidade das relações interpessoais;
- d) presença ou ausência de estereotipias verbais, e motoras, comportamentos repetitivos ou interesses específicos, restritos e fixos; e
- e) idade do início do comprometimento.



II Deficiência Mental (Psicossocial): O laudo deverá informar se há outras doenças associadas (comorbidades) e data de início de manifestação da doença, bem como estarem descritas as limitações associadas às habilidades adaptativas:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização de recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho.